Para um enfoque territorial do turismo no Douro

Edgar Bernardo (Coord.)

DOUROTUR
TURISMO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO DOURO

PASOS
Revista de Turismo y Patrimonio Cultural
Colección PASOS edita, nº 21

Para um enfoque territorial do turismo no Douro

Coordenação | Edgar Bernardo
Autores | Edgar Bernardo
Filipa Jorge
Gonçalo Mota
Lorenzo Bordonaro
Miguel Belo
Nieves Losada
Ricardo Bento
Vitor Rodrigues
Xerardo Pereiro

PASOS
Revista de Turismo y Patrimonio Cultural
Pasos Edita, 21
www.pasosonline.org

Para um enfoque territorial do turismo no Douro / Edgar Bernardo (Coord.) / Tenerife: PASOS, RTPC / 2018/ 63 p. incluida bibliografía.

1. Douro I 2. Território II 3. Turismo III 4. Património IV. I Edgar Bernardo (Coord.) II "Para um enfoque territorial do turismo no Douro". III PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. IV Colección PASOS Edita

Sistema de Clasificación Decimal Dewey: 300 - 330

Edita:

PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural
P.O. Box 33.38360 · El Sauzal
Tenerife (España)
Director de la colección: Agustín Santana Talavera
www.pasosonline.org - Colección PASOS Edita, 20.

Diseño de Portada: Lorenzo Bordonario
Fotografía de cubierta: Gonçalo Mota
ISBN (e-book): 978-84-88429-37-7

Contactos:

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)
Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG)
Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Edifício do Pólo II da ECHS, Quinta de Prados, 5000-103- Folhadela -VILA REAL (PORTUGAL); telefone: 351-259350300

Mail do CETRAD: cetrad@utad.pt --- Web do CETRAD: www.cetrad.utad.pt

Mail do projeto: dourotur@utad.pt --- Web do projeto: www.dourotur.utad.pt

DOUROTUR

TURISMO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO DOURO

Projeto de I&D DOUROTUR – Tourism and technological innovation in the Douro, n.º da operação NORTE-01-0145-FEDER-000014, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do NORTE 2020 (Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020). Financiamento: 679.458,26€.

Cofinanciado por:

Este trabalho enquadra-se nas linhas de investigação do CETRAD, um centro que é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011); Referência do Financiamento: POCI-01-0145-FEDER-006971]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013

UID/SOC/04011/2013 (POCI-01-0145-FEDER-006971)

Cofinanciado por:

Agradecimentos

Daniela Ôlo e Helena Gonçalves (Gabinete de Apoio a Projetos da UTAD), Alberto Tapada (AETUR), José Portela (UTAD) e Alberto Baptista (UTAD).

ÍNDICE

Nota prévia 3

1. INTRODUÇÃO 5

2. TERRITÓRIO(S) DURIENSE(S) E O ALTO DOURO VINHATEIRO 7

As diferentes interpretações territoriais do Douro 14

3. O DOURO ENQUANTO DESTINO TURÍSTICO: OFERTA E PROCURA 22

Oferta Turística do Douro 27

4. ALÉM DO ADV 37

Modelos de planeamento Turístico para o Douro 42

5. CONCLUSÃO: 'O MAPA NÃO É O TERRITÓRIO' 46

Referências Bibliográficas 49

Índice de figuras 59

Autores 61

NOTA PRÉVIA

A 14 de dezembro de 2016 realizámos no CETRAD um seminário de debate sobre o enfoque territorial do turismo no Douro que foi coordenado por Xerardo Pereiro e que integrou apresentações dos bolseiros do projeto DOUROTUR. Estas foram debatidas com os participantes, de entre os quais destacamos os investigadores Ricardo Bento, Carlos Fonseca, Olinda Santana, Veronika Joukes, Hermínia Gonçalves, Octávio Sacramento, Filipa Torres e outros. O seminário foi muito proveitoso sendo este texto um dos seus resultados, com os seguintes objetivos:

a) identificar os problemas de definição e delimitação territorial da categoria "Douro" (região do Norte de Portugal) e os seus usos turísticos;
b) explicitar a diversidade das unidades de paisagem cultural;
c) explorar o enfoque territorial do turismo;
d) analisar os territórios físicos (materiais) e simbólicos (representacionais) do Douro;
e) enquadrar o território – nicho do projeto DOUROTUR para um melhor retrato e compreensão do contexto em estudo.
f) dar a conhecer os traços essenciais da geografia turística do Douro bem como os seus contrastes e diversidade;
g) conhecer as particularidades regionais do turismo no Douro e na região Norte de Portugal;
h) aprofundar a relação entre turismo e outras atividades socioeconómicas da região do Douro, para mais tarde analisar os seus efeitos e potenciais estratégias de futuro;
i) adotar um enfoque geográfico-territorial do turismo enquanto epistemologia turística;

Para além destes, outro objetivo foi a partilha de conhecimento com os agentes sociais e turísticos da região do Douro (NUT III) e outros interessados em conhecer os enfoques territoriais de um destino de interior muito marcado pelo turismo fluvial (rio), de natureza (paisagem vinhateira), alimentar (processos alimentares e gastronomia) e histórico-cultural (arqueologia, museus, castelos, românico, etc.). Ao longo do texto destacaremos a necessidade de um enfoque territorial do turismo, quando analisamos destinos turísticos, de modo a conhecer melhor o seu desenvolvimento e também de forma aplicada para melhor gerir a sua planificação. Muito agradeço aos bolseiros do projeto DOUROTUR, aos colegas e à direção do CETRAD e à Reitoria da UTAD todo o apoio dado na construção deste projeto e deste texto de enquadramento territorial.

Xerardo Pereiro (xperez@utad.pt) – Coordenador do projeto DOUROTUR

1. INTRODUÇÃO

O Douro enquanto território(s) encontra-se delimitado no espaço, e se o 'Espaço' representa uma totalidade que é desenvolvida através do tempo pelas relações e (re)construções sociais, o que conduz à História. Por sua vez, o Território é construído a partir do Espaço, sendo posterior a este: "A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço." (Fernandes, 2013: 194). Para Bonnemaison (2002) o território depende e até antecede o surgimento do seu grupo cultural. A territorialidade é antes de tudo a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma rede de lugares hierarquizados e interdependentes que constroem e dão forma a um território.

É comum considerar-se a dimensão económica e social na aceção de território, usualmente como um espaço de governança. Todavia, esta perspetiva unilateralmente política pode implicar alguns problemas graves. Por exemplo, se um projeto que pretende desenvolver um determinado território ignorar o facto que este pode incluir em sim mesmo vários territórios distintos, ou caso estes sejam sub ou sobrevalorizados, o sucesso do projeto de desenvolvimento poderá estar em causa ('multiescalaridade' do território). Estas simplificações com propósitos políticos, ou económicos (sector privado), que instrumentalizam o território, demonstram a importância das relações de poder na sua definição (Fernandes, 2013). O território, enquanto espaço de conflito, tem como pilar basilar a soberania, ou seja, a autonomia que as comunidades do dito território têm para tomar decisões que conduzam ao seu desenvolvimento.

Há que reconhecer que os territórios representam individualmente uma totalidade multidimensional (política, social, ambiental, cultural, etc.), embora diferenciada pelas relações sociais e escalas geográficas. Os territórios materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social indissociavelmente, pois resultam da relação de poder alimentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (Fernandes, 2013). Igualmente, os limites de uma região têm uma natureza dinâmica, social, política

Edgar Bernardo (Coord.) (2018) *Para um enfoque territorial do turismo no Douro*. La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC. www.pasososnline.org. Colección PASOS Edita nº 21.

e cultural. Murdoch (1998) afirma que a distância é moldada pelas relações e, assim, as regiões devem ser analisadas considerando as redes de relações e as implicações destas nas mesmas. Cada território é composto por recursos, atores e meio-ambiente que permitem desenvolver certas atividades, e é na análise da relação destas características em rede que se consegue determinar o valor de um dado território. Håkansson et al., (2003), afirmam mesmo que o valor de um território é determinado pela forma como os recursos de uma rede são combinados e aplicados com outros recursos.

Nesta visão de território como espaço de organizações, cada empresa ou projeto é considerado como uma combinação particular de recursos, e assim, um território pode ser caracterizado pela forma como as suas organizações interagem (Brito e Correia, 2006). Isto é, o território é mais do que uma delimitação político-geográfica, 'é um conjunto de agentes territoriais, de elementos económicos, socioculturais, políticos e institucionais, e padrões regulatórios que partilham regras e normas' (Cova et al., 1996: 654).

Esta visão coincide com as principais posturas da geografia face ao território, ora abordado politicamente, ora simbolicamente, e eventualmente - já que o território é produto de uma relação desigual de forças (políticas e simbólicas) - articulando ambas as perspetivas (Haesbaert, 2002). Nessa medida a região do Douro, enquanto destino turístico, pode ser entendida como um território composto por diversos subterritórios hierarquizados de acordo com a natureza dos serviços que prestam.

Na verdade, existem múltiplas formas de entender o território e nenhuma definição de uma só disciplina ou perspetiva parcializada poderá agregar em si a diversidade, complexidade e amplitude deste conceito. Como tal, a presente exposição serve o propósito de expor algumas propostas de delimitação do território Douro, das perspetivas históricas às administrativas, passando pelas geográficas, antropológicas e turísticas. Este texto pretende apresentar o problema da definição e delimitação territorial, especificamente do território Douro, e os seus usos turísticos. Este problema é explanado contextualizando o Douro, enquanto conceito, destino turístico e delimitação territorial politicamente definida. Uma delimitação que, ao contrário do presente trabalho, olvida a diversidade das suas unidades de paisagem cultural e os seus múltiplos territórios físicos e simbólicos. Ao explorar o enfoque territorial do turismo, este texto introduz o projeto DOUROTUR – Turismo e Inovação Tecnológica no Douro, e como este pretende delimitar territorialmente o seu objeto, o Douro.

Posto isto, o presente documento compreenderá diversos momentos ou pontos-chave: o primeiro contextualiza geograficamente o Douro considerando a sua história e património vitivinícola desde o século XVIII até à atualidade, bem como caracteriza-o, social e demograficamente e apresenta as diver-

sas delimitações territoriais de Douro que poderíamos considerar; o segundo, pretende definir e explicar o que se entende por oferta turística e a sua ligação ao território enquanto objeto de análise; o terceiro foca-se na problemática do Douro enquanto destino turístico centrado exclusivamente no Alto Douro Vinhateiro e apresenta outros produtos e destinos potenciais para o território que continuam subvalorizados ou ignorados; abordam-se ainda as implicações no território e expõe-se os diferentes modelos de desenvolvimento passíveis de serem aplicados no Douro. Por fim, a conclusão, refletindo sobre qual a definição territorial do Douro que será operacionalizada para o projeto DOUROTUR.

2. TERRITÓRIO(S) DURIENSE(S) E O ALTO DOURO VINHATEIRO

> "Última nesga mediterrânea banhada pelo Atlântico, engastado numa península que é um continente em miniatura e aberto para o mundo por uma larga fachada oceânica, o território português cumpriu as alternâncias do seu destino de finisterra…" (Ribeiro, 1970: 312)

Portugal é um país que, apesar de relativamente pequeno (ex. 1/6 do território da França), apresenta uma diversidade física, territorial e paisagística resultante da sua posição geográfica e natureza geomorfológica (Carvalho Arroteia, 1994). Com mais de 830 km de costa e 1215 km de fronteira terrestre com o Estado espanhol, muitas são as continuidades e diferenças ibéricas, o que sem dúvida, dota de traços particulares os territórios regionais.

Orlando Ribeiro já havia destacado esta aparente divisão entre o norte e o sul de Portugal, às quais classifica de regiões "não só distintas como opostas" (1945: 60). Isto porque a Região do Norte de Portugal (figura 1), tem um relevo diferente do resto do país apresentando uma orografia mais complexa onde as amplitudes altimétricas são mais acentuadas, sobretudo o interior norte de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD). O clima de TMAD é definido assim por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano: "continental, excessivo e rude: chuvas muito abundantes, neve e frio glacial, no inverno; calor sufocante e uma secura que seca os rios e fontes no verão – a Ibéria Seca" (Oliveira e Galhano, 1994: 134)[1]. Na mesma linha, Jaime Cortesão carateriza TMAD como um território de costas para o Atlântico, isolado, alto, de "clima violento e de ásperos contrastes" entre montanhas e vales (Cortesão, 1995: 91).

1 Ver também Taborda (2011) e Silva (2008).

Estas características geográficas estão presentes na tradição oral em ditados como o de "Nove meses de inverno e três de inferno" ou "Para lá do Marão mandam os que lá estão…", e escondem as importantes diferenças microrregionais, os matizes, e as mudanças. Pensamos que o isolamento físico e simbólico da região norte interior foi-se quebrando desde a década de 1990 com a construção de autoestradas (ex. A-24; A-7 e A-4) e mais recentemente com a abertura do túnel do Marão a 7 de maio de 2016.

Figura 1. Mapa do Norte de Portugal e divisão em NUTS III.

Fonte: CCRN (2011)

No que concerne a paisagem, a literatura geográfica diferencia em TMAD a Terra Fria e a Terra Quente (Ribeiro, 1991). A primeira contempla uma paisagem de planalto (700-800 metros de altura), um clima rude, um povoamento disseminado, vegetação de carvalho negral e castanheiro, cultivo de centeio, batata de altura e tem no porco o totem da tribo. A segunda, tem no sobreiro, na amendoeira, oliveira, laranjeira, figueira e na vinha a sua identidade paisagística (Cortesão, 1995); nesta segunda integram-se os vales que afluem ao rio Douro, onde o inverno é mais moderado e o verão tórrido: "Conta-se que se assam sardinhas pousando-as nas linhas do caminho-de-ferro" (Ribeiro, 1991: 1249).

A leitura geográfica dos clássicos da Geografia portuguesa teve sempre associada uma geografia cultural do *ethos* ou caráter coletivo da região Norte

interior. Assim Jaime Cortesão assinala: "o transmontano é áspero, violento e assomadiço", e coloca em palavras de Guerra Junqueiro a afirmação de que enquanto um transmontano mata um homem, um minhoto quebra um prato (Cortesão, 1995: 92). É assim que esta visão estereotipada atribui um caráter indomável, anti gregário e sempre pronto para a luta aos transmontanos. Esta visão entra em contradição com outras visões antropológicas relativas ao caráter comunitarista das aldeias e comunidades de TMAD (Dias, 1953; Oliveira e Galhano, 1994) e também conflituoso, desigualitário e dialético (Pais de Brito, 1996; O´Neill, 2011). Esta leitura dupla está presente tanto no todo como nas suas partes, e assim o Douro é, por si só, também tido como um triunfo heroico sobre a natureza e "os próprios deuses" (Cortesão, 1995).

Tal como o resto do país, a região norte encontra-se num contexto de recuperação macroeconómica após o programa de ajustamento financeiro que decorreu entre 2011 e 2014. Os dados estatísticos mais recentes, referentes a 2015, apontam para uma economia baseada no setor terciário[2] (INE, 2017a). Dentro da região Norte, o Douro (NUT III) manteve, durante o período 1995-2011, a posição de segundo menor PIB *per capita*, apenas superior à região do Tâmega (Norte 2020, 2013: 14). Os dados mais recentes (2015), apontam que o Douro é a terceira sub-região com o pior registo no mesmo indicador[3] (INE, 2017a), facto que se deve, não ao desenvolvimento económico, mas antes à divisão do território do Tâmega em duas sub-regiões, Alto Tâmega, e Tâmega e Sousa.

Se entre 1986 e 1998, a região do Douro era marcada por uma concentração maioritária do emprego no setor da construção, e por uma estrutura produtiva pouco diversificada (Cabral e Sousa, 2001: 4-5), atualmente o panorama é bastante diferente, na medida em que é o sector dos serviços aquele que maior peso tem na região, no que ao VAB diz respeito. Por seu turno, e apesar de apenas representar 7,2% do VAB total do Douro, o sector primário emprega a maioria da população, concretamente, 46,5%, face aos 41,9% do sector terciário e 11,6% do segundo sector (INE, 2017a).

Refira-se, ainda, que a sub-região possui um índice de poder de compra dos mais baixos do País, 77,2 em 2015), e que mais de 13% dos depósitos na região são feitos por emigrantes, sendo o valor médio em Portugal igual a 3,1% (INE, 2017d). Importa, neste contexto, destacar o Índice Sintético de Desenvolvi-

2 O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector dos serviços atingiu uma representatividade de 66,6%, empregando, aproximadamente, 56% do total de população ativa da região (INE, 2017).

3 Em 2015, a riqueza gerada por cada pessoa, no Douro, situou-se nos 12.539 euros, face a uma média nacional de 17.359 euros (INE, 2017a).

mento Regional[4], que conheceu uma evolução positiva em 2015, se se considerarem os dados comparativos de 2001 (Gomes e Dinis, 2006). Focando atenções na componente da competitividade, o Douro é a segunda sub-região do Norte com pior resultado, superando apenas o território do Alto Tâmega. Posiciona-se no 1º quintil (índice de competitividade inferior a 87,3).

No que concerne ao índice de coesão, o desempenho do Douro é bem mais satisfatório em comparação com o anterior. Neste âmbito, a sub-região consegue posicionar-se acima de três sub-regiões do Norte, integrando o 2º quintil [91,9; 96,4[, mas mantendo-se abaixo da média nacional. Por último, avaliando a componente da qualidade ambiental, verifica-se um excelente desempenho, na medida em que se posiciona como a segunda sub-região do Norte com melhor resultado, superando a barreira da média nacional. Importa, contudo, ressalvar que das três componentes em análise, a ambiental é a que apresenta os resultados mais positivos, num contexto global. Perante isto, e conjugando a avaliação individual das três componentes, compreende-se que o Douro apresenta um resultado global exíguo, posicionando-se como a terceira sub-região, a nível nacional, com o índice sintético de desenvolvimento regional mais baixo (INE, 2017b).

Em termos administrativos, o Douro é uma sub-região enquadrada na NUTS II Norte de Portugal, onde impera uma grande diversidade de recursos naturais e culturais referenciados. Territorialmente ocupa cerca de 19% da área da Região Norte correspondendo a cerca de 4.100 km2 (GEPE, 2011), integrando 19 concelhos[5] e partilhando ainda os já referidos 4 distritos.

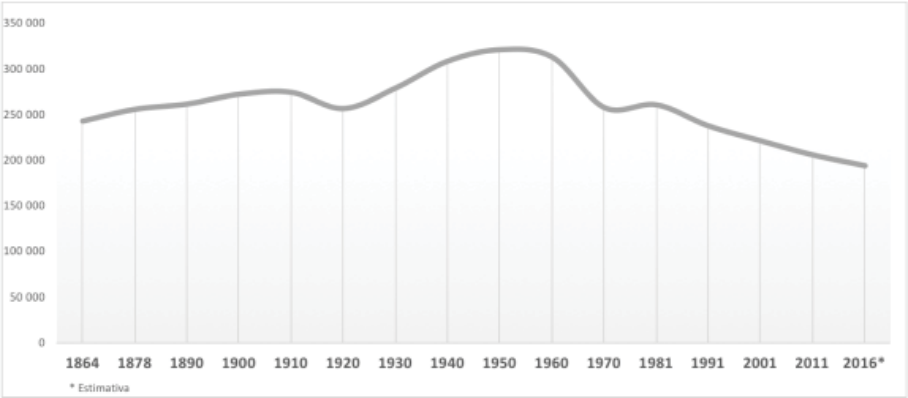
Caracteriza-se, do ponto de vista da dinâmica demográfica, como uma sub-região em constante processo de esvaziamento, desde meados do século XX, invertendo a tendência histórica que entre 1864 e 1950 lhe permitiu registar um aumento de 1/3 da sua população, passando a registar, ainda que com um pequeno interregno na década de 70 do século passado fruto sobretudo do retorno das ex-colónias africanas, uma perda média anual de quase 2.000 indivíduos, totalizando um decréscimo total superior a 127.000 habitantes (figura 2).

Este declínio demográfico, que se deve, por um lado, ao recurso à migração para as áreas urbanas no litoral e à emigração para o estrangeiro, ambas em resposta à gradual desvalorização económica da agricultura, levando à busca de oportunidades que estas zonas laborais oferecem e, por outro lado, ao

4 Congrega a análise de três indicadores: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

5 Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Figura 2. Evolução da população residente no Douro entre 1864 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base na informação estatística do INE.

grande envelhecimento da população e à baixa taxa de natalidade que ronda os 6,3‰, associando-se um índice sintético de fecundidade[6] situado nos 1,11 (INE, 2017c). Em resultado destes dados, é sem surpresa que o índice de dependência de idosos se tenha fixado nos 37,6%, em 2016 (INE, 2017c). No que se refere a outros dados sociodemográficos, caracterizadores desta sub-região importa, ainda, destacar a evolução positiva da taxa de analfabetismo, que em 1981 totalizava 24,4% da população, passando, em 2011, para os 8,7%, valor mais próximo das médias da região Norte e nacional, 5% e 5,2%, respetivamente (PORDATA, 2017).

Compreender o Douro, enquanto uma zona de intensa e elevada produção agrícola que verga a natureza, um "jardim de xisto e videiras" (Aguiar, 2001: 180), implica conhecer o percurso histórico e social que o transformou numa região agrícola de elevada produção vinhateira – a Região Demarcada do Douro – que atinge o reconhecimento mundial pela UNESCO a 14 de dezembro de 2001, através da classificação como Património Mundial da Humanidade do seu "núcleo" mais representativo - o Alto Douro Vinhateiro (ADV).

Este processo histórico, cujas origens remontam à época romana (Sousa, 2007; Pereira, 2014), intensificou-se apenas nos finais do século XVII devido à crescente exportação de vinhos da região. Isto foi possível graças à grande produção existente nas suas quintas, particularmente das grandes propriedades da nobreza (Pereira, 2014), potenciado pelo Tratado de Methuen, datado de 1703, que atribuiu ao vinho do Porto benefícios discriminatórios positi-

6 Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade).

vos, tais como taxas aduaneiras preferenciais na exportação para Inglaterra. Este tratado permitiu que a região produtora de vinhos encetasse uma época de grande desenvolvimento (Sousa, 2007), assente na abertura dos vinhos do Douro aos mercados mundiais, nomeadamente, ao mercado inglês (principal consumidor durante mais de dois séculos), e exigiu a participação de muita mão-de-obra, sobretudo galega e beirã, para a construção dos socalcos e da plantação das vinhas.

Tal processo foi impulsionado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que aplicou uma política de nacionalização do sistema comercial português e terminou com a predominância dos ingleses no sector do vinho, tendo ainda criado em 1756, a Região Demarcada do Alto Douro, uma das mais antigas regiões vitícolas demarcadas e regulamentas do mundo (Sousa, 2003), e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cujo principal objetivo passava por manter a reputação dos vinhos do Douro, bem como, potenciar o comércio e manter a cultura das vinhas neste território (Sousa, 2003). Sediada na cidade do Porto, esta entidade com funções reguladoras do vinho produzido no Douro, à época conhecido como "vinho de embarque", "vinho do Douro" ou "vinho do Porto", era bastante rigorosa e fixou o sistema de relações entre o Porto e as terras durienses. Com a demarcação do território, decorreram três grandes mudanças: o aumento da viticultura (foram plantadas novas vinhas em terrenos que antes eram terras de produção de cereais), a multiplicação das quintas, e a concentração de produções locais de pequenos produtores nas grandes quintas (Pereira, 2014).

Em suma, a demarcação definida por Marquês de Pombal, que vigorou até 1761, delimitou a região vitícola, procedeu à elaboração dos cadastros do Douro, classificou as parcelas dos respetivos vinhos e criou instituições de controlo e certificação do vinho do Porto com base em legislação específica (Sousa, 2007). Em 1921 ocorreu a última alteração significativa na Região Demarcada do Douro (RDD), passando a ser praticamente igual à que conhecemos nos dias de hoje, uns 250.000 hectares e um sexto deles dedicado à vinha (Almeida e Pedro, 2003). De acordo com alguns estudos[7], a vitivinicultura é hoje o grande quadro de referência de atração turística do Douro (Ribeiro, 1998), considerando essencialmente os recursos paisagísticos/ambientais, para além do património cultural e histórico. Tendo em conta a importância que é atribuída à paisagem em termos turísticos, importa refletir sobre a mesma.

Rebelo et al., (2001) reconhecem na paisagem do Douro uma forte cono-

7 Nomeadamente, "Synergistic Pluriactivity – The Development of Agrotourism and Related Activities as an Adjusment Strategy for Disadvantaged Rural Areal". Projeto de investigação (AIR3), em que participaram a Universidade de Aberdeen (Escócia), O Institute d'Études Politiques de Grenoble (França) e a UTAD (Vila Real).

tação com a atividade agrária, sublinhando a existência de uma relação muito expressiva entre esta e a paisagem. Também Ramos e Fonseca (2014) destacam, por um lado, o exemplo das vertentes íngremes nos socalcos (patamares sustentados por muros de pedra seca em xisto), do solo cultivável construído, da rede de caminhos e acessos, da variedade biológica e tipológica das vinhas e do padrão de paisagem; e por outro lado, os valores naturais que se aproximam do conceito de integridade da paisagem do ADV, que exprimem valores como o uso do solo, as tipologias de implantação dos vinhedos, o padrão da paisagem, os povoados, as quintas, os muros de xisto, a rede de acessibilidades e a morfologia complexa.

Nesta linha de pensamento, Sousa (2007) aponta para a sua singularidade já que resulta da preservação de contínuas transformações de utilização de técnicas agrícolas. Finalmente, Farinha-Marques e Fernandes (2014: 94) referem que a contínua preservação "(…) de uma paisagem esculpida ao longo de séculos e que reflete um processo singular de adaptação humana a condições naturais fortemente condicionadoras à sua fixação (…)" formula a identidade do ADV. Por conseguinte, sublinha-se o entendimento da paisagem do Douro como histórica, ao refletir, de forma integrada e interligada, a evolução da intervenção humana nesta região.

As posições expostas elucidam não só o papel, mas também o profundo enraizamento e importância que a agricultura desempenha para a construção da paisagem do Douro. Em suma, as ideias transmitidas sugerem que é da relação entre a agricultura (valores culturais) e a paisagem (valores naturais) que resulta uma paisagem histórica, identitária e reconhecida à escala mundial.

Todavia, o ADV é apenas uma parte do território da região do Douro (NUT III), que integra 25.000 hectares classificados pela UNESCO em 2001, mas tem-se convertido numa metonímia de um conjunto maior e também numa metáfora ou analogia que ajuda a construir o relato identitário da região e dos seus produtos (ex. vinho do Porto, vinho do Douro, vinhos espumantes, turismo, etc.). A paisagem do ADV constitui-se como um belo exemplar de uma Paisagem Cultural (Pinto-Correia et al., 2001), conjugando fatores e condições naturais com a ação humana e traduzindo a essência das interligações entre a diversidade biológica e a cultural, com particular foco nas formas tradicionais de utilização das terras (Ramos e Fonseca, 2014).

De acordo com a UNESCO, a paisagem cultural do Douro integra a categoria "Essencialmente Evolutiva" que, por sua vez, inclui a sub-categoria "paisagem evolutiva e viva". Reconhecido por ir ao encontro dos critérios de distinção desta organização: a) constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida; b) representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou

de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana; c) ser um exemplo excecional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis. (UNESCO, 2016).

A distinção da UNESCO veio reforçar a imagética do ADV associada a várias palavras-chave: autenticidade, identidade, singularidade universal, excelência, significado histórico, raridade, espiritualidade (no sentido da presença de relações de carácter espiritual estabelecidas especificamente com a natureza e a paisagem), sustentabilidade socioeconómica, sustentabilidade regulamentar, viabilidade organizativa e de gestão, e biodiversidade (Sousa, 2007). Esta associação semântica ajuda a compreender como o ADV vem sendo confundido com todo o Douro, e vice-versa, apesar deste último ser muito mais do que uma região de produção vinhateira e contemplar até outros patrimónios culturais mundiais.

As diferentes interpretações territoriais do Douro

A tarefa de delimitar e caracterizar territorialmente o Douro enquanto região de estudo, reveste-se de extrema complexidade face à multiplicidade de abordagens passíveis de serem consideradas. Paralelamente, como temos vindo a referir, tanto no seio académico, como na sociedade em geral, existe uma noção difusa do espaço geográfico que pode ser compreendido como "Douro", ou, numa outra perspetiva, fica a ideia de que muitos assumem um território como sendo algo que não é.

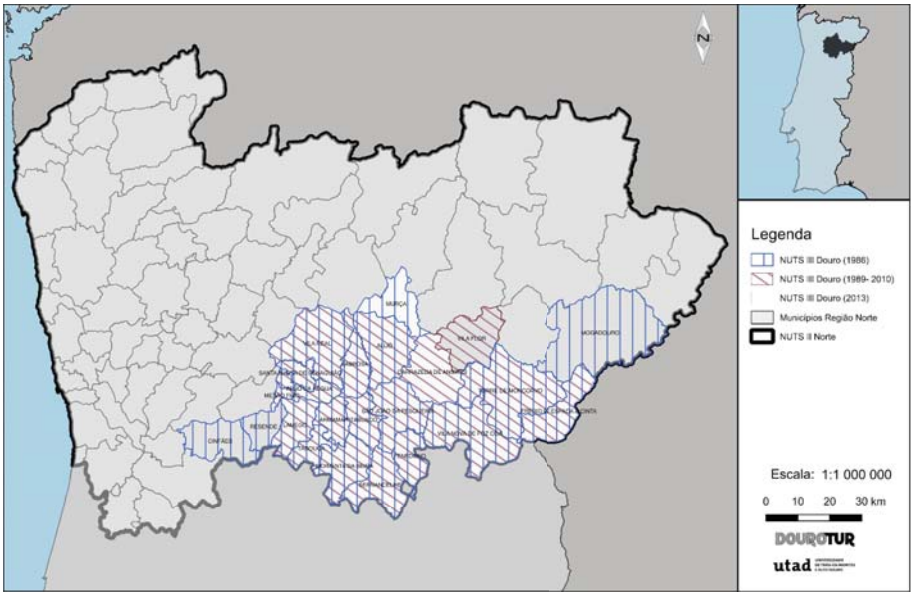
Como tal, esta primeira análise não é mais do que uma visão crítica a erros comummente cometidos e que, por esse motivo, promovem uma leitura por vezes errónea sobre o território duriense. Entre estes destacamos a investigação de Brito e Correia (2006) onde sobressai a ideia de que os conceitos de RDD e ADV são tidos como equivalentes à região do Douro, apontamento que se justifica com o facto da amostra incluída no estudo assim percecionar estes dois conceitos territoriais. Sousa et al., (2009) referem-se ao Douro como Património Mundial e abordam-no como sendo ADV, nunca diferenciando ambos. Um outro exemplo, que pode motivar uma leitura desfasada da realidade e do conteúdo em análise, encontra-se presente no trabalho científico de Sousa (2013) que na grande maioria dos casos classifica a região de "Douro Vinhateiro, Douro Internacional ou Alto Douro". Um exemplo contrário a esta tendência é o de Aguiar (2002: 145) que assume que o ADV não é mais do que "a designação adotada para identificar" o território classificado como Património Mundial, por parte da UNESCO, ou pelo menos parte constituinte da

área mais representativa e mais bem conservada. Esta área classificada é uma pequena fração da RDD ou, em termos quantitativos, cerca de 10% (UNESCO, 2000).

A dificuldade em delimitar e definir o território correspondente ao 'Douro' não fica exclusivamente associada aos termos técnicos porque, ainda recentemente, com a criação da unidade territorial Douro (2013), o território sofreu uma nova redefinição para fins Estatísticos (NUTS). Atendendo à figura 3, torna-se possível identificar e compreender, em parte, exemplos dessas reformulações territoriais. Num período de 30 anos, a sub-região Douro, foi alvo de três alterações territoriais, deixando de integrar concelhos como Cinfães, Resende, Vila Flor e Mogadouro. Atualmente, conta com 19 concelhos, sendo que o de Murça tem a particularidade de ter sido integrado na primeira constituição das NUTS, em 1986, sem que nunca mais tenha feito parte do território duriense, até à última alteração protagonizada em 2013.

Apesar da organização territorial prevista na lei, entidades como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte (ERTPNP) têm apresentado distintas delimitações. A título de exemplo, o "Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro" (PDTVD 2007-2013) identificava quatro grandes

Figura 3. Representação da evolução administrativa do território duriense no período 1986-2013.



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2015).

áreas turísticas na Região Norte de Portugal – Minho, Porto, Trás-os-Montes e Douro – sendo que para este último, o território correspondia à NUTS III, integrando igualmente os municípios de Baião, Resende, Mogadouro e Miranda do Douro, e coincidindo com a delimitação territorial prevista na Agenda Regional de Turismo e no Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N) (Fazenda, 2008). A recente Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal para o horizonte temporal 2015-2020 vem clarificar a divisão das áreas turísticas do Norte, igualando o território do destino Douro à área correspondente da NUTS III – Douro (ERTPNP, 2015).

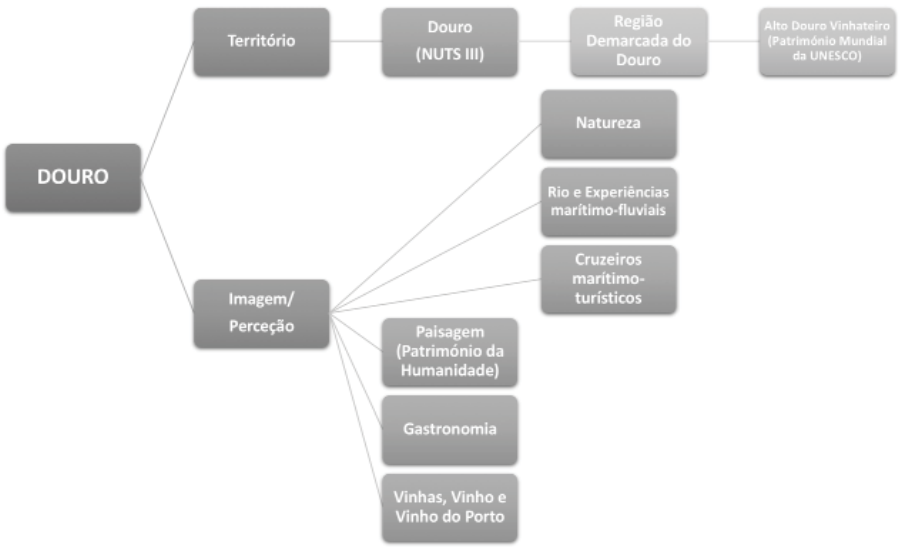
Importa destacar o facto de que, até à criação das Entidades Intermunicipais estabelecidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Douro, apesar de ser uma das regiões mais antigas de Portugal, fruto da sua demarcação e regulamentação vitivinícola, nunca existiu como circunscrição política ou administrativa. A fragmentação territorial do Douro, resultante em grande medida da sua geografia física, influenciou desde sempre o seu fracionamento político-administrativo e institucional. Os seus territórios municipais, atualmente agrupados na designada NUT III Douro, repartiam-se no século XVI pelas províncias de Trás-os-Montes e da Beira, subdividindo-se depois nos inícios do século XIX pelas comarcas de Vila Real, Moncorvo, Lamego, Pinhel e Trancoso. Deste então, a multiplicidade de delimitações administrativas onde o Douro se tem vindo a integrar, evoluiu significativamente e, no início do século XXI, estes mesmos territórios estavam integrados nos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, nas comissões regionais de turismo do Marão do Nordeste Transmontano e do Douro Sul e em 4 associações de municípios (Douro Norte, Douro Sul, Douro Superior e Terra Quente). Esta realidade administrativa fragmentada e orientada segundo lógicas, escalas e perímetros de intervenção marcadas pela verticalização setorial e pela incongruência territorial, fazem do Douro um exemplo paradigmático da complexidade, das contradições e das disfunções do modelo de organização e de administração territorial em Portugal (Ramos et. al., 2009).

A influência desta dimensão na situação atual da região e nos problemas que ela enfrenta é indiscutível, quanto mais não seja na relativa ineficácia das políticas, das estratégias e dos investimentos canalizados nos últimos anos. É verdade que recentemente foram dados alguns passos significativos no sentido de clarificar e simplificar este modelo. A criação da Comunidade Intermunicipal (CIM), que aglomerou a totalidade dos municípios da NUT III Douro e absorveu o essencial das atribuições e competências das associações de municípios pré-existentes, agregando-lhes outras, permitirá lançar as bases de um espaço de articulação e concertação de interesses e de coordenação das estratégias e intervenções territoriais. Esta a reorganização dos serviços da administração pública acabou com algumas das incongruências e disfunções,

conciliando e harmonizando os diferentes modelos e divisões espaciais.

Fica, assim, bem patente que o Douro é de complexa definição e delimitação, talvez pelo elevado número de entidades que se reportam ao seu território e aos diferentes critérios que utilizam para o demarcar, pairando a ideia de uma hipotética ausência de relação ou comunicação, ao nível estratégico, entre as mesmas. Conclui-se, portanto, a existência de uma grande diversidade de nomenclaturas para definir um mesmo território e, num outro sentido, a incorreta tentativa de estabelecer uma equivalência entre a sub-região Douro, a RDD e a região classificada do ADV, factos que não contribuem para a compreensão deste espaço, da sua dimensão e da sua delimitação geográfica. Apresentamos um sumário desta conclusão analítica na figura 4.

Figura 4. O Douro enquanto território e imagem percecionada.



Fonte: Elaboração Própria com base em Carvalho, Salazar e Neves (2011); CCDR-N (2011).

No que se refere à paisagem do Douro[8], esta é composta por um panorama vitícola, um mosaico paisagístico descrito por Ramos e Fonseca (2014) como um agregado de vinhas e demais culturas agrícolas, na qual se vislumbram outros elementos patrimoniais, tais como Quintas, Povoados/Aldeias, Igrejas e Capelas, Adegas, Miradouros e Caminhos-de-ferro. Na paisagem da região do Douro sobressai uma arquitetura complexa, composta por diferentes téc-

8 Pinto-Correia, d'Abreu e Oliveira (2001:198), definem paisagem como "[...] um sistema dinâmico onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento".

nicas de preparação e organização dos terrenos, técnicas essas seculares que se cruzam e misturam em função da evolução temporal (Aguiar, 2002; Ramos e Fonseca, 2014). Daqui se retira que a paisagem do Douro, com particular ênfase o ADV, não é natural ou, se se preferir, "pura".

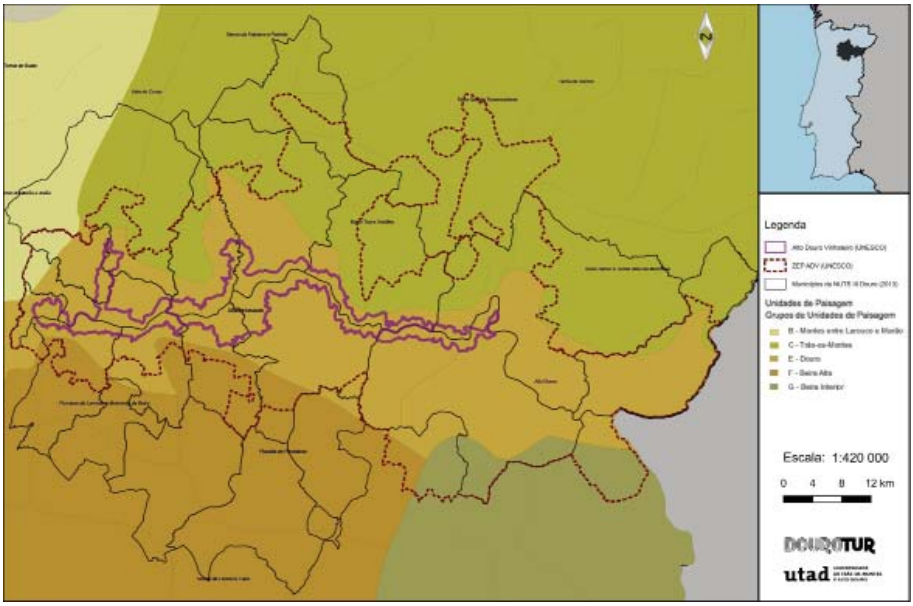
É toda esta conjugação e diversidade de elementos que nos remete para o conceito de unidades de paisagem. Na ótica de Pinto-Correia et al., (2001), as unidades de paisagem são áreas com características, em certa medida, homogéneas no seu interior o que permite a sua identificação e distinção perante as envolventes. Igualmente, d'Abreu et al., (2002) citado por Batista, Mendes, Vila-Viçosa, Gomes, Fernandéz e Cabezas (2011), acrescentam que as unidades de paisagem dizem respeito a um conjunto de elementos que, entre si, definem um padrão específico a que está associado um determinado carácter. Por outras palavras, a definição e determinação das unidades de paisagem têm, por base, um conjunto de fatores como o relevo, altitude, uso do solo, urbanização e/ou diversas combinações entre estes; aos quais se associa um padrão interno que permite a sua identificação no interior e exterior do grupo (Pinto-Correia et al., 2001).

Em Portugal Continental estão identificadas 128 unidades de paisagem, devidamente associadas em 22 grupos (Direção Geral do Território, 2016). Já no caso específico da região Douro conclui-se a existência uma grande diversidade paisagística, justificada pelos diferentes traços que motivam o seu enquadramento em cinco grupos de unidades de paisagem: 1) Trás-os-Montes; 2) Douro; 3) Montes entre Larouco e Marão; 4) Beira Alta; e, 5) Beira Interior. Identificados os cinco grandes grupos paisagísticos que constituem a sub-região Douro, o recurso à figura 5 permite analisar quais os concelhos que se enquadram em cada uma das unidades de paisagem referidas. Do ponto de vista meramente geográfico, os municípios localizados mais a norte correspondem, predominantemente, a uma paisagem transmontana, enquanto aqueles que se localizam na vertente sul, dizem respeito aos grupos Beira Interior e Douro, mas sobretudo Beira Alta. Por seu turno, o "Douro", enquanto unidade de paisagem, é composto, essencialmente, pelos concelhos que constituem a RDD[9].

Reportando à análise individual das unidades de paisagem predominantes, torna-se possível identificar alguns elementos heterogéneos. Relativamente à unidade "Douro" e, nas palavras de Madureira (2005: 44) podemos considerá-la como um "museu vivo da cultura da vinha e do vinho", encerrando, em si, um potencial turístico considerável, face à diversidade de produtos que lhe estão diretamente associados, nomeadamente o Turismo de Natureza, o Turis-

9 Como contributo futuro, seria vantajoso sobrepor a Região Demarcada do Douro ao mapa apresentado, como forma de comprovar se a unidade de paisagem "Douro" corresponde, efetivamente, à região demarcada.

Figura 5. Unidades de paisagem e grupos de unidades de paisagem na NUT III Douro



Fonte: elaboração própria com base na Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental de d'Abreu, Correia e Oliveira (2004) disponível através da plataforma iGEO

mo Náutico, a Gastronomia e Vinhos e o *Touring* Cultural (Carvalho, Salazar e Neves, 2011). Mas esta unidade de paisagem não é apenas composta por culturas associadas à vinha, sendo igualmente marcada por uma vasta área agrícola e hortofrutícola, na qual produtos como a maçã, a castanha e a amêndoa são dos mais valorizados (CIM Douro, 2014). Esta unidade de paisagem integra dois importantes territórios da região Norte e do próprio território nacional, a RDD e o ADV, respetivamente, uma das mais antigas regiões vitivinícolas demarcadas do mundo e património mundial da UNESCO.

Trás-os-Montes, ou a unidade de paisagem que lhe dá nome, caracteriza-se pela existência de duas áreas distintas: a Terra Fria e a Terra Quente (Leitão, 2011). A primeira, em oposição à segunda, apresenta uma morfologia mais diversificada, alternando entre planaltos, serras e vales, onde predominam características climáticas e de paisagem continentais e atlânticas. Simultaneamente, é um território onde o arvoredo se sobrepõe à produção hortícola e frutícola, pelas características que assim o obrigam; por sua vez, a Terra Quente corresponde à área dos vales do rio Douro e respetivos afluentes, na qual a vegetação e o clima são, tendencialmente, mediterrânicos, predominando a vinha, os olivais, as amendoeiras e as laranjeiras. Nos municípios integrantes da região do Douro, é possível observar os socalcos, tão característicos desta

última (Ribeiro, 1991, citado por Leitão, 2011).

A unidade de paisagem da Beira Alta destaca-se pela integração de uma região demarcada, associada aos vinhos do Dão. No entanto, nenhum dos municípios que integram o Douro e se inserem nesta unidade de paisagem, fazem parte dessa região demarcada do vinho do Dão. A paisagem em questão é marcadamente montanhosa, predominando as plantações vinícolas o que, de certa forma, se pode associar à paisagem do Douro. Ainda assim, de acordo com Lautensach (1991), citado por Leitão (2011), uma das grandes diferenças entre estas, prende-se com a forma de cultivar a vinha, com destaque para três técnicas: 'vinha de enforcado', 'vinha em arjões' e 'latadas' ou 'ramadas'. A CCDR-C (2008) faz alusão, ainda, a uma organização complexa e diversificada tanto do mosaico, como da própria produção agrícola, reforçando o peso da produção de vinho.

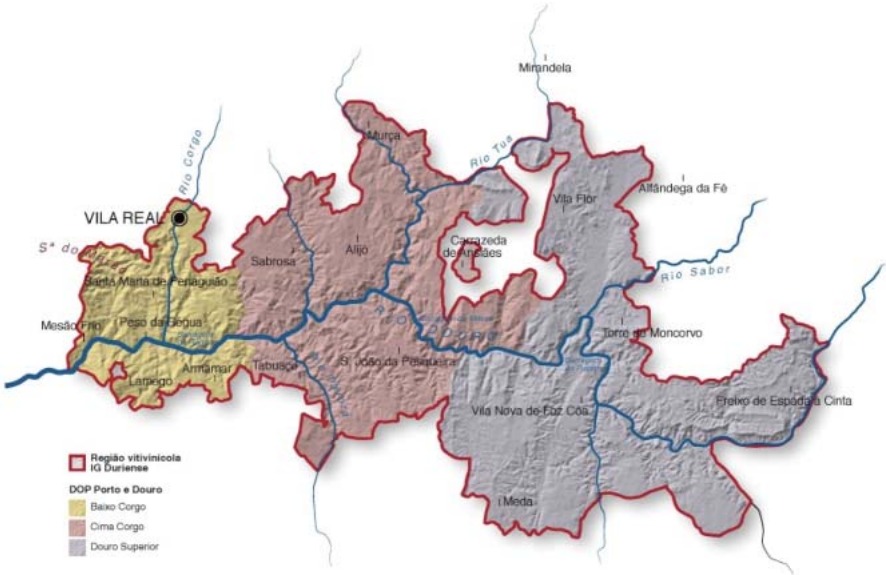
A Beira Interior, enquanto paisagem é, a par do Douro, fortemente caracterizada por uma simbiose dita 'perfeita', entre os elementos naturais e a ação humana (Pinheiro, 2014). Esta unidade de paisagem só fica plasmada na região do Douro no concelho de Vila Nova de Foz Côa, mais concretamente numa pequena percentagem do seu território, tal como identificado anteriormente.

O conjunto montanhoso do noroeste português, no qual se integra a unidade de paisagem Montes entre Larouco e Marão, reflete, tal como indicam Pereira e Pedrosa (2007:46) "a transformação do território e dos ecossistemas naturais pela apropriação humana do espaço, evidenciando a ação modeladora milenar exercida por práticas agro-pastoris similares, ainda que regional e localmente diversificadas.". Contudo, e tal como no caso anterior, o facto de a unidade de paisagem agrupar uma pequena parcela de três municípios da região do Douro, promove a necessidade de um olhar mais cuidado e assertivo referente à sua influência no território.

Mesmo na unidade de paisagem mais central da região onde a vinha domina, denotam-se ainda diferenças paisagísticas, fruto de uma elevada riqueza de contextos topográficos e geomorfológicos e de grandes diferenças mesoclimáticas, influenciadas quer por diferentes latitudes, quer pelo maior ou menor afastamento do mar (Rodrigues et. al. 2010), que permitiram desde a origem da RDD identificar duas sub-regiões naturalmente distintas, não só por fatores climáticos como também socioeconómicos: o Alto Douro, designação dada pelos autores à zona onde historicamente a cultura da vinha tinha maior expansão, desagregando-se em 1936 em Baixo Corgo e Cima Corgo; e o Douro Superior, que se estende desde o meridiano que passa no Cachão da Valeira e vai até à fronteira com Espanha. Esta divisão em 2 grandes subzonas da paisagem vitícola resultava sobretudo de um acidente geológico, um monólito de granito existente no rio Douro que impedia a navegação para montante

desse obstáculo e consequentemente, condicionava a exploração vitivinícola mais a leste, impedindo o transporte do vinho, algo que veio a ser ultrapassado com a remoção do bloco de granito no reinado de D. Maria, levando a que a cultura da vinha se estendesse praticamente até à fronteira, embora com diferenças paisagísticas claras face as subzonas mais a jusante, quer ao nível da área ocupada por vinha, quer ao nível da dimensão das propriedades onde a orografia menos acidentada, favorece a constituição de explorações de grande dimensão relativamente à escala média da região.

Figura 6. Sub-regiões da Região Demarcada do Douro (RDD)



Fonte: Cipriano (2017)

Serve esta exposição para sublinhar as múltiplas formas de olhar e compreender o Douro, quer seja como parte (ADV) ou totalidade (RDD), ou qualquer das mencionadas unidades de paisagem, ou divisões político-administrativas. É deste nevoeiro interpretativo que surgem e se cimentam as características que são selecionadas na promoção turística do território. Assim, no ponto seguinte, olhamos para o Douro enquanto destino turístico, percurso, características, impactos e potencialidades.

3. O DOURO ENQUANTO DESTINO TURÍSTICO: OFERTA E PROCURA

O turismo, enquanto atividade humana complexa, dota de novos sentidos, formas e significados os espaços e destinos turísticos. Por meio de valorização, apropriação, e turistização de recursos naturais e culturais e também através da aplicação de técnicas de produção da relação local-global, o turismo converte territórios em espaços de consumo turístico visual, sensual e experiencial. O turismo promoveu mudanças em muitos territórios, e de forma intensiva durante os últimos 50 anos (Rebollo, 1997) podendo, neste sentido, ser pensado como uma técnica para a produção espacial da localidade (Appadurai, 1995), por meio da qual determinados elementos de um território são convertidos em emblemas identitários e produtos culturais "para turista ver". O turismo é um mecanismo de fluxos, de pessoas, informação, ideias, produtos e capital (Appadurai, 1990; 1996), contribuindo para a criação de novos sentidos do lugar, num tempo de redefinição global-local que não está isento de tensões, negociações e conflitos.

Velhos territórios resignificam-se enquanto cenários e lugares turísticos (Cardeira da Silva, 2004) onde se praticam rituais da experiência turística. De acordo com John Urry (1995), na nossa época pós-moderna muitos lugares converteram-se em espaços de consumo turístico, consumidos na sua vertente visual e também experiencial (Bruner, 1989; 1995; 1996; 2004). Nos dias de hoje observamos uma mudança no modelo turístico global, de um modelo fordista a outro pós-fordista.

Em retrospetiva, na literatura científica sobre oferta turística, podemos encontrar quatro perspetivas de oferta turística. A primeira é uma perspetiva funcionalista, muito extensa, segundo a qual a noção de oferta turística é considerada como um conjunto de bens e serviços para satisfação de necessidades turísticas, isto é: "o conjunto dos fatores naturais, equipamentos, bens e serviços que provoquem a deslocação de visitantes, [e] satisfaçam as suas necessidades" (Cunha, 2006: 191).

Uma segunda perspetiva, produtivista e economicista (Sancho, 2001), afirma que a oferta é um conjunto de produtos, serviços e imagens mercantilizados (Gartner, 2000). A oferta turística seria definida como "o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo" (Sancho, 2001: 43). Esta segunda perspetiva complementa a anterior e foca-se mais num olhar economicista e econometrista do turismo enquanto negócio mercantil.

Sendo o turismo algo mais complexo do que um simples negócio ou co-

mércio (Molina, 1991; Barretto, 2012), emerge a terceira perspetiva, fenomenológica, humanista e antropológica (Molina, 1991), onde a oferta turística é vista como a construção da hospitalidade e do acolhimento para os visitantes (Pereiro, 2009), que fazem parte da cultura turística de um destino turístico (Lickorish e Jenkis, 1997).

Numa quarta perspetiva, geográfica e territorial, que nos interessa aqui destacar, a oferta turística é pensada como a apresentação para visitantes de um destino que não pode ser transportado fisicamente e que é capaz de atrair visitantes: "pode-se definir a oferta básica como o conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante" (Beni, 2007: 177). Nesta última perspetiva, a oferta não é vista como um elemento isolado, mas como um fator determinante da procura turística (Beni, 2007).

De acordo com Mário Carlos Beni e numa abordagem sistémica do turismo (SISTUR), a oferta turística é um subsistema turístico, isto é, um conjunto de recursos naturais e culturais mais os serviços para o seu consumo (Beni, 2007). Entre os seus componentes destacam-se: 1) os recursos naturais: mar, clima, paisagens, praia; 2) a organização das viagens; 3) o transporte; 4) o alojamento; 5) a restauração; 6) o acolhimento e a hospitalidade. Desde esta perspetiva sistémica e territorial que une recursos e produtos turísticos, podemos encontrar vários tipos de oferta turística acordo com o seu nível de integração: a) Ofertas turísticas desintegradas (destaca a segmentação e a divisão entre os agentes turísticos); b) Oferta turística integrada (coordenação, integração, articulação e cooperação entre empresas turísticas, comunidade local, visitantes, técnicos, políticos, etc.).

Em relação com os produtos e projetos turísticos que integra, podemos encontrar diferentes tipos de ofertas turísticas: 1) imitadoras, e reprodutoras da oferta de outros destinos e produtos; 2) ofertas diferenciais, singulares e diferenciadas, que utilizam um diferencial turístico como capital de diferenciação da oferta; 3) monocórdicas, de só um produto e experiência turística; 4) ofertas plurais e diversificadas, multiexperienciais e multidimensionais; 5) adequadas, ou inadequadas à procura e aos desejos e necessidades dos visitantes; e 6) com procura mais ou menos sazonal.

Portanto, uma oferta turística deve ser pensada como algo mais do que a soma de produtos turísticos e sim como um todo integrado. Ademais, na produção de uma oferta turística deve-se ir além dos fatores clássicos, nomeadamente, a terra, o trabalho e o capital. Hoje em dia, num modo de produção turístico pós-fordista, a esses fatores temos que acrescentar os fatores de infor-

mação e novas tecnologias (Castells, 1996), que na sua aplicação ao turismo abordaremos noutros trabalhos. Neste ponto centrar-nos-emos no primeiro elemento: a terra. A terra e a sua expressão enquanto território é a base da oferta turística. O potencial valor turístico de um território está condicionado, entre outros fatores, pelas suas acessibilidades (Cerro, 1993; Sancho, 2001: 169-170). Assim, a localização e o acesso de um território ou destino turístico são fatores essenciais para a sua viabilidade.

De acordo com os primeiros trabalhos de reflexão e análise sobre esta problemática, a UIOOT - União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo, antecedente da atual OMT - Organização Mundial do Turismo, detalhou os seguintes fatores condicionantes do potencial turístico de um território (UIOOT, 1971:2-12): a) as condições naturais; b) as infraestruturas; c) as condições socioeconómicas; d) os equipamentos de superfície; e) os equipamentos culturais e de recreio. Estes fatores foram revistos pela OMT em 1978 e nos anos 1980 pelo geógrafo Douglas Pearce (1981), entre os quais destaca: clima, condições físicas, recursos, acessos, propriedade e uso da terra, restrições e estímulos ao desenvolvimento turístico, capacidade de carga e outros fatores.

Vejamos por um momento o fator acessibilidade ao destino que é essencial na oferta turística. A acessibilidade pode ser pensada como física ou também como proximidade relativa face aos mercados e centros emissores de turistas. A acessibilidade condiciona as infraestruturas, a distância e o volume de visitantes. Outras variáveis que participam no fator acessibilidade são as de atratividade dos destinos, a duração temporal da viagem e o custo económico da deslocação (Cerro, 1993). Outro elemento importante do desenvolvimento turístico de um território é a capacidade de carga. Este é um conceito emprestado das ciências naturais e incorporado nos estudos turísticos para definir a capacidade de carga ecológica, paisagística, percetual, social e cultural de um território ou destino turístico (Burton, 1975). Ele é um conceito que mede a capacidade máxima de utentes de um destino turístico, interpreta os níveis aceitáveis de mudança introduzidos pelo turismo, define a capacidade da paisagem para receber visitantes e analisa o grau de satisfação e saturação dos visitantes e visitados com relação ao turismo.

O turismo tem como particularidade territorial importante trazer os consumidores ao produto (viagem turística) e não exatamente o produto aos consumidores. Daí ser considerado uma forma de mobilidade territorial contemporânea (Hall, 2009), diferente das migrações e outras, relacionada com o ócio e o lazer. A oferta turística é construída a partir da ideia de um destino turístico, ainda que o destino possa ser vendido espacialmente desde fora dele. Um destino turístico é: um espaço - território com alojamento, serviços de apoio, atrações turísticas e imagem no Mercado (Cunha, 2006); um conjunto de produtos que, na sua territorialidade, atraem turistas; e um território com

recursos e atrativos promovido com uma determinada imagem, com desfrute de serviços pelos visitantes e aquisição de produtos materiais (Vera, 1997).

Os destinos ou espaços turísticos são lugares geográficos e também antropológicos nos quais se produz a oferta turística de experiências. Eles são o país, região, cidade ou território para onde se dirigem os visitantes nas suas viagens turísticas. Outros autores (Cooper et al., 1993) definem, desde uma perspetiva funcionalista, o destino turístico como o conjunto de instalações e serviços planeados e concentrados para satisfazer as necessidades turísticas. O destino seria aqui o lugar para onde se desloca a procura a fim de consumir o produto e experiência turística. Os destinos turísticos são alvo de processos de transformação do espaço com vista à satisfação de necessidades turísticas, o que implica novas relações (Cunha, 2006), novos usos, funções e significados do espaço – território convertido em cenário turístico. Uma das ciências sociais que mais tem utilizado enfoques territoriais do turismo tem sido a geografia do turismo (Carvalho Arroteia, 1994; Vera, 1997; Solla, 2003; Calvé e Reverté, 2010), trabalhado nas seguintes linhas de pesquisa – ação (Vera, 1997): definir as caraterísticas funcionais do espaço emissor; analisar as formas, distâncias e médios do fluxo turístico; e desenhar uma morfologia do espaço do destino turístico, segundo escalas territoriais dos fluxos turísticos e com uma análise pormenorizada das relações entre território físico, meio ambiente e sistema turístico.

Além do mais, a geografia do turismo tem realizado uma geografia descritiva de recursos, viagens turísticas, lugares e itinerários, monografias territoriais, observação dos efeitos do turismo, análise de espaços turísticos especializados, das dinâmicas turísticas e as transformações do espaço. Nos últimos tempos a sua atenção tem-se focado no estudo da relação entre globalização económica e turismo, na mundialização territorial e o turismo e em pensar o turismo como um elemento de construção de novos espaços com efeitos positivos e negativos (Vera, 1997).

Alimentando este enfoque territorial do turismo, a antropologia do espaço (Silvano, 2001) tem dado contributos essenciais para entender os territórios e destinos turísticos. Para a antropologia o espaço é uma realidade material e uma representação, uma categoria, que ordena o heterogéneo e que produz sentido e significados através da atribuição de valores afetivos aos territórios. Toda organização espacial reflete uma organização social específica. Esta morfologia social é substrato material das sociedades (ex. forma, volume, densidade, distribuição de população e visitantes) e integra materialidade, práticas sociais e representações culturais tingidas de memórias sociais. Neste sentido os grupos humanos moldam o espaço e igualmente o espaço molda os grupos (Carmo, 2006).

Nesta ótica antropológica, os territórios e destinos turísticos são espaços de identidades coletivas, isto é, as formas de organização física dos territórios estão interligadas com estruturas sociais e simbólicas. Este laço indissociável entre territórios e identidades é algo mutável, dialético e não fixo. Um elemento que intervém nessa mudança é a mobilidade, entre as quais se destaca a mobilidade turística, que assume um valor social de liberdade de movimentos, e que diferencia os territórios turísticos pela sua maior ou menor mobilidade espacial.

A produção social do destino turístico obedece a práticas sociais concretas que devem ser analisadas com pormenor. Essas práticas integram produção e reprodução de lugares, formações sociais novas, competências espaciais e territoriais, performances espaciais e representações do espaço-território. Esta última, a das representações, é essencial para o turismo, pois tem um poder de mediação entre oferta e procura turísticas, e um influxo na orientação e olhar do visitante face ao destino turístico. Neste sentido, Rachid Amirou (2007) fala do turismo como um contexto de relações consigo mesmo, com os outros e com o espaço envolvente. A antropóloga Sharon Roseman (2008) indica a existência de cinco tipos de relações espaciais no campo do turismo: entre as pessoas e a natureza; umas pessoas com outras; os turistas com o lazer; os turistas e o trabalho; e os turistas e eles próprios (reflexividade).

Pensamos que esta tipologia dá conta da necessidade de adotar enfoques territoriais do turismo mais complexos nos quais se deve incluir os territórios físicos e os espaços sociais e culturais numa rede de relações local-global na qual participam os corpos, os sentimentos, as emoções, as imagens e os imaginários. Os territórios e destinos turísticos são construídos, mutáveis e negociáveis. Os destinos turísticos já não podem ser pensados como localidades ou nichos limitados e confinados espacialmente, pelo contrário, são espaços habitados por gentes pluriculturais. Nesta linha, o antropólogo Arjun Appadurai sublinha a importância do estudo dos fluxos de pessoas, informação, produtos e capital – *ethnoscapes, technoscapes, finanscapes, mediascapes, ideoscapes* (Appadurai, 1990; 1996), algo que devemos aplicar aos enfoques territoriais do turismo.

Agustín Santana (2003) interpreta esta mudança de modelo referindo o nascimento de "novos turismos" a finais da década de 1980, motivados pelas novas condições de competitividade, flexibilidade e segmentação. Nestes novos turismos os discursos associados são os próprios das novas formas de fazer turismo, o turismo de experiências, e outras etiquetas como o turismo rural, o ecoturismo, o turismo étnico, ou o turismo de natureza. Precisamente com este quadro de mudança em mente olhamos agora com mais atenção para o Douro, e como se converteu ao longo dos tempos, de terra a território e paisagem turística, de espaço de produção vitivinícola e agrária, a um espaço

multifuncional de produção agrária e de contemplação e desfrute turístico.

Oferta Turística do Douro

Se entre as décadas de 1980 e 1990 a oferta de alojamento turístico no Douro era muito reduzida, pouco diversificada e com fraca capacidade de acolhimento turístico (Almeida e Pedro, 2003:79)[10], isso é justificado pelo facto de apenas na década de 1980 se dar a abertura do rio Douro à navegabilidade, para embarcações de carga e passageiros. O primeiro cruzeiro fluvial ocorreu entre as cidades de Porto e Régua, em 19 de outubro de 1986 e, só em 1990, decorreu a primeira viagem entre Porto e Barca D´Alva. A própria evolução do número de operadores marítimo-turísticos a operar no rio Douro foi lenta, na medida em que entre 1997 e 2001 o valor passou de cinco para nove empresas (Almeida e Pedro, 2003). No presente, contabilizam-se 22 empresas, sediadas na sub-região do Douro, cujas especificações incluem atividades diretamente relacionadas com a animação turística no rio Douro.

Já no século XXI, o primeiro Plano Estratégico Nacional de Turismo - PENT (Turismo de Portugal, 2007) condicionou toda a oferta turística do país e teve um enfoque mais centrado nos produtos e menos nos destinos. Nesse documento estratégico, a oferta turística portuguesa centrava-se no clima, na luz, na história, na tradição, na hospitalidade, na modernidade, na qualidade e na segurança. Para o Norte de Portugal (86 municípios) o PENT programou quatro eixos da sua oferta turística, pela seguinte ordem de prioridades: 1) *Touring* Cultural e Paisagístico; 2) *City Breaks*; 3) Gastronomia e Vinhos; e, 4) Turismo de Negócios.

Por sua vez, e seguindo um âmbito sub-regional, foi idealizado um conjunto de eixos para o território do Douro, nomeadamente o Turismo de Saúde e de Bem-Estar, Turismo de Natureza e Turismo Náutico e Cruzeiros. A região integrou-se, assim, no quadro político-estratégico do turismo definido, tendo-se constituído como um Pólo de Desenvolvimento Turístico, que mais tarde viria a ser extinto. Mais recentemente, em 2015, foi instituída a Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal[11], para o período compreendido entre 2015 e 2020, um plano mais centrado nos recursos do território e condizente, em parte, com as necessidades dos destinos. Nesse capítulo, a região duriense passou a integrar dois grandes grupos de produtos turísticos (figura 7)

10 Ver também Ribeiro e Marques (2002).

11 Define quatro sub-destinos da região Norte (Douro; Minho; Porto; Trás-os-Montes).

Figura 7. Produtos Turísticos do sub-destino Douro

Produtos Âncora	Produtos Complementares
Turismo Náutico (Cruzeiros e *tours* no rio Douro)	Turismo Religioso
Gastronomia e Vinhos	Saúde e Bem-Estar
Touring	Negócios
Turismo de Natureza	Golfe

Fonte: Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal (2015)

O mais recente plano constitui-se, desta forma, como um documento estratégico mais apropriado para o território no qual se implementou, identificando aquelas que são as atrações primárias, bem como os elementos que merecem ser alvo de maior destaque, promoção e publicidade junto dos principais mercados e segmentos de mercado.

Ainda assim, a região em estudo parece carenciada no que respeita à articulação entre as entidades governativas diz respeito. E isto porque, apesar de identificado o quadro estratégico para o sector do turismo, a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) apresenta, em 2017, uma campanha de promoção turística, de certa forma alternativa, ainda que, exaltando elementos referidos pelo plano estratégico anterior. Nesse sentido, a CIM Douro atribui destaque ao património da Humanidade (Alto Douro Vinhateiro, Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre e Vale do Rio Côa, Barro Preto de Bisalhães) existente no território, exaltando-o como um dos motivos para visitar o Douro, e interligando-o com outros elementos chave da oferta turística da região: a) vinhas, os vinhos e as vindimas; b) gastronomia e experiências sensoriais; c) segurança e o bem-estar (relaxe, recuperação física e psíquica); d) paisagens e turismo de natureza (parques, reservas naturais, miradouros…); e) luz, aldeias e quintas; f) comboio histórico e cruzeiros no rio Douro (o transporte turístico como experiência); g) monumentos, rotas, mosteiros e turismo histórico (história de Portugal); h) património imaterial (tradições, lendas, …); i) desportos e vida ativa (ex. caminhadas, trilhos, bicicletas de montanha…).

Numa abordagem ao panorama evolutivo mais contemporâneo do turismo no Douro, é conveniente incluir um conjunto de indicadores que representem os dois blocos do mercado turístico: a oferta e a procura. Para tal, considerou-

Figura 8. Indicadores do mercado turístico (procura e oferta)

Oferta Turística	Procura Turística
Capacidade de alojamento	Estada média
Número de alojamentos turísticos	Número de hóspedes
Número de unidades de alojamento	Proporção de hóspedes estrangeiros
Taxa líquida de ocupação cama	Número de dormidas
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros	

se o período temporal 1991-2015[12], ainda que a ausência de alterações consideráveis tenha motivado uma análise gráfica com uma escala temporal de 5 anos, salvo algumas exceções, facto que será justificado e abordado no decorrer da análise. Posto isto, integraram-se as variáveis indicadas na figura 8.

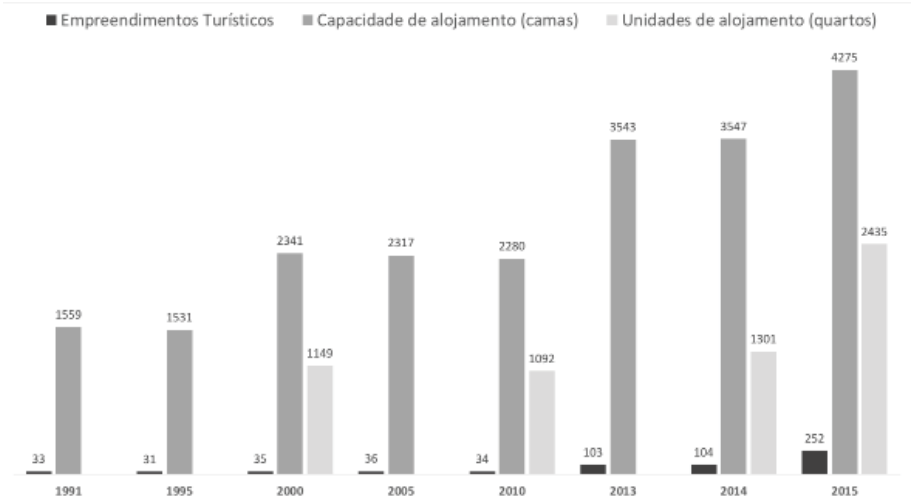
Do lado da oferta, constata-se que o número de alojamentos turísticos só conheceu um crescimento significativo a partir de 2013. Considerando o período de 1991 a 2010, a taxa de crescimento média anual é nula, mas a inclusão dos últimos três anos em análise altera essa mesma taxa para 9%, fruto do crescimento exponencial de 203%, registado entre 2010 e 2013. A evolução assinalada, nomeadamente a partir de 2013, é passível de ser confirmada com recurso à figura 9, tendo sido motivada por uma alteração metodológica e não, concretamente, pela constituição de novos empreendimentos. Quer isto dizer que, no período antecedente a 2013, os dados estatísticos não contabilizavam os empreendimentos tidos como Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação. Com a inclusão dessas tipologias nos mais recentes anuários, o número de empreendimentos no Douro conheceu uma evolução significativa, tal como se observa.

Da mesma forma, a capacidade de alojamento também acompanhou essa tendência, atingindo um total de 4.275 camas em 2015, uma variação positiva de 85,6%, face aos números de 2012. No entanto, um facto curioso prende-se com o número de unidades de alojamento (quartos e/ou apartamentos) existente. Ainda que a ausência de dados seja uma realidade, para alguns dos anos considerados, não deixa de ser assinalável a variação de apenas +13%, entre

12 Face à ausência de dados para os restantes indicadores em análise, o período de 1991 a 2015 foi apenas considerado para avaliação do número de alojamentos turísticos, tendo sido adotado, posteriormente, o período 2000 a 2015.

2000 e 2014, ainda mais considerando a evolução dos indicadores observados anteriormente. Sublinha-se, no entanto, que os dados referentes a 2015, parecem traduzir, com maior veracidade, a realidade dos factos.

Figura 9. Evolução da oferta de alojamento turístico no Douro nos anos (1991-2015).

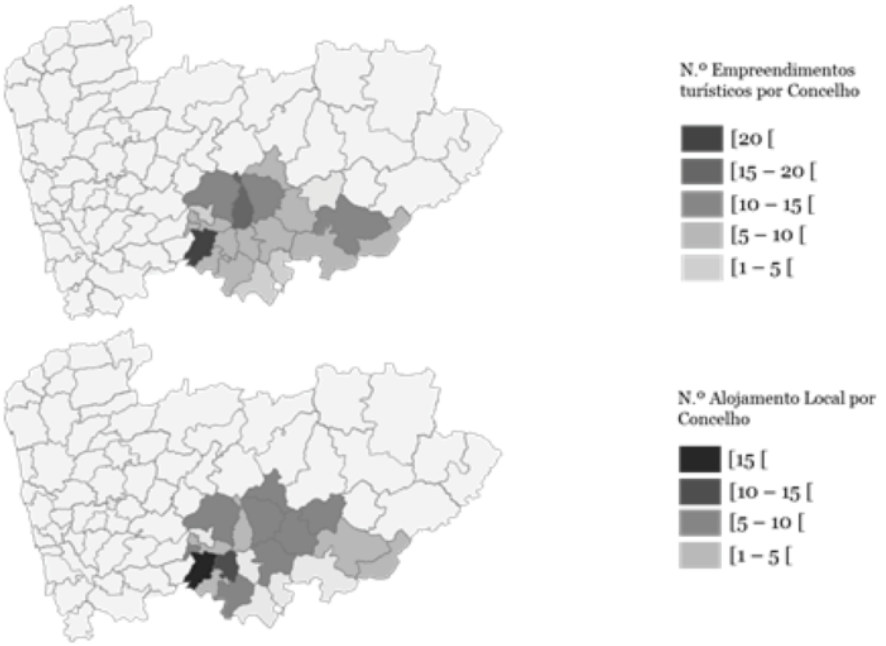


Fonte: Elaboração própria com base em Direção Geral de Turismo (2000), INE (2001-2016) e RNT (2017).

Com o propósito de se compreender a distribuição geográfica da oferta turística no Douro, atente-se na figura 10. Da sua observação podemos concluir que, no caso dos empreendimentos turísticos, apenas o concelho de Lamego revela um número superior a 20 empreendimentos, mais concretamente, são 29 aqueles que se localizam nesse concelho. Num segundo patamar, surge Sabrosa com 15 empreendimentos e, com o total de 10 a 15 empreendimentos, os concelhos de Vila Real, Alijó e Torre de Moncorvo. Quer isto dizer que os cinco concelhos identificados concentram 52% da oferta de empreendimentos turísticos da região.

Relativamente à disposição do alojamento local no território, destaque, uma vez mais, para o concelho de Lamego, que concentra um total 18 estabelecimentos, seguindo-se Armamar com 14, Alijó, Carrazeda de Ansiães e Vila Real, com 9, 8 e 7 estabelecimentos, respetivamente. Estes números traduzem 61% da oferta global em alojamento local. Confirma-se uma ligeira tendência para a concentração nos principais concelhos, como é o caso de Lamego, Vila Real e Régua, estes mais urbanizados, concentrando, em si, um maior número de serviços.

Figura 10. Distribuição geográfica dos empreendimentos turísticos e alojamento local, por concelho da NUTS III – Douro (março, 2017).

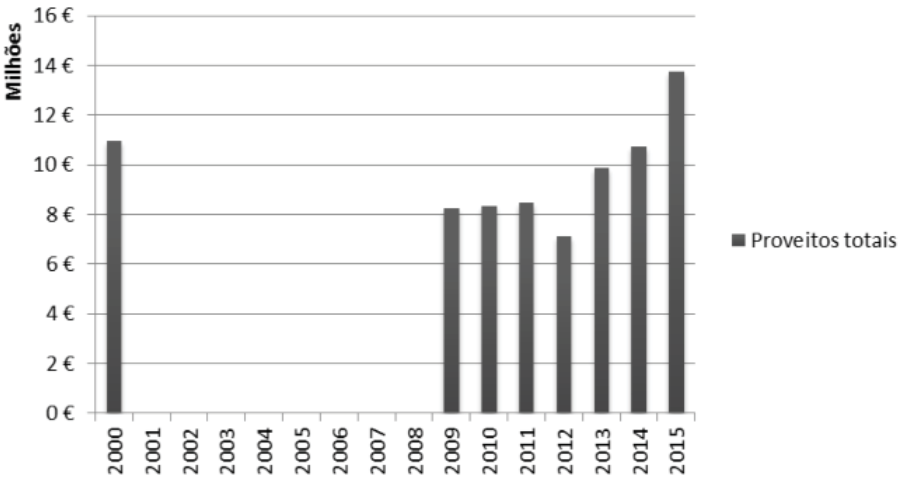


Fonte: Elaboração própria.

No domínio dos proveitos totais (figura 11), exclusivamente dos estabelecimentos hoteleiros, verifica-se um crescimento entre 2009 e 2015, com este último a assinalar um total de mais de 13,7 milhões de euros. Contudo, considerando o início da década de 2000, ainda que a ausência de dados de 2001 a 2008 não permita retirar conclusões mais sólidas e robustas, regista-se uma variação negativa de 33%, entre os anos 2000 e 2009. Importa, ainda, sublinhar que após uma recuperação residual entre 2009 e 2011, a crise financeira internacional motivou uma quebra significativa dos proveitos em 2012, situação contornada nos anos subsequentes, tal como se pode aferir.

No seguimento da análise da oferta turística, e de acordo com Su e Teo (2008), parece existir uma relação positiva entre o desenvolvimento turístico de um determinado território e a sua classificação como património da UNESCO, na medida em que esse estatuto promove o crescimento dos fluxos turísticos, o desenvolvimento económico do território, bem como a manutenção e preservação dos elementos culturais e patrimoniais. Neste contexto, integra-se a paisagem enquanto atrativo turístico, tida como um motor impulsionador do desenvolvimento social, económico e turístico, de um território

Figura 11. Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros da sub-região Douro (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2000-2016).

em concreto. Os diversos intervenientes no sector do turismo ou *stakeholders* têm, na paisagem, um elemento de cariz "essencial e imprescindível", muito mais pelo facto de possuir uma preponderância, gradualmente superior, nas escolhas e preferências de quem viaja (Marujo, 2005; Cardoso, 2010).

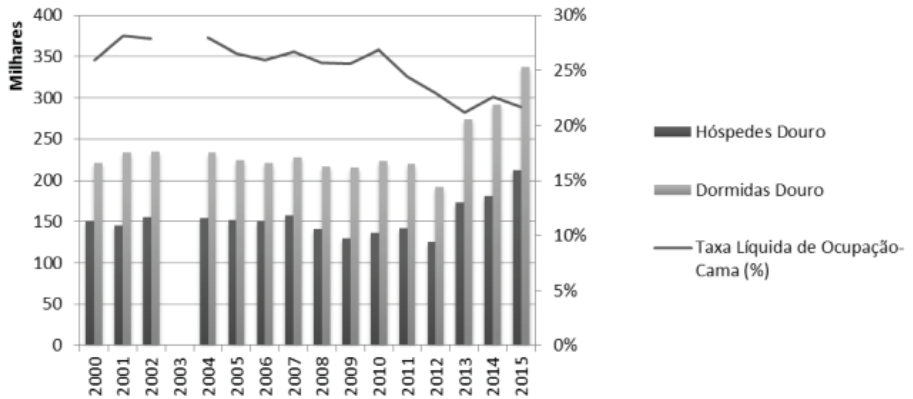
Contudo, ao contrário do que é referido, o desempenho da atividade turística no Douro parece, numa primeira análise, não ir ao encontro dessas mesmas perspetivas. Podemos falar de um turismo sem desenvolvimento e de um desenvolvimento com pouco turismo. Perante isto, e analisados os indicadores referentes à oferta, importa, agora, centrar atenções na procura turística.

No que respeita ao número de hóspedes e respetivas dormidas (figura 12), seria de esperar, pelo menos nos anos subsequentes ao reconhecimento do ADV como património mundial com a chancela UNESCO, um crescimento significativo do número de hóspedes e respetivas dormidas. No entanto, tal não se verificou. Como é possível observar, assistiu-se a uma indefinição de tendência, resultante das flutuações registadas até 2012, inclusive. Com uma taxa de crescimento média anual de 2% ao nível dos hóspedes e de 3% nas dormidas, só a partir de 2013 regista-se uma evolução positiva e sustentada de ambos os indicadores. Neste contexto, o ano de 2015 chega mesmo a assinalar um ano recorde, na sub-região Douro, com um total de 212.495 hóspedes e 337.664 dormidas. A partir destes dados, é possível tecer considerações referentes à estada média, que durante o período em causa se manteve praticamente inalterada, atingindo o ponto máximo em 2009 (1,7 noites) e mínimo

em 2007 (1,4 noites).

No que à taxa líquida de ocupação-cama diz respeito, apesar de não se registarem alterações significativas, assinala-se uma variação negativa de 4%, entre 2000 e 2015, representativa de uma taxa de crescimento média anual igual a -1%. Quer isto dizer que o aumento da capacidade de alojamento não foi acompanhado pela procura, o que poderá significar uma estada média proporcionalmente inferior à oferta do número de camas.

Figura 12. Evolução do número de Hóspedes, Dormidas e Taxa Líquida de Ocupação-cama, na sub-região Douro (2000-2015).

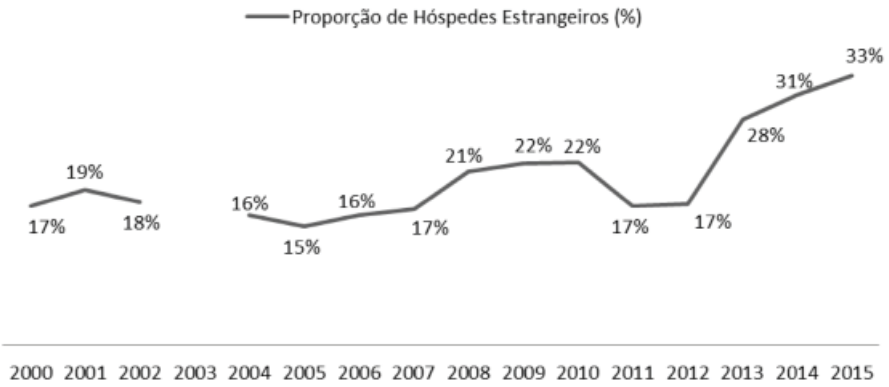


Fonte: Elaboração própria com base em INE (2000-2016).

Por fim, no que se refere à análise da procura, os dados respeitantes à proporção de hóspedes estrangeiros nos empreendimentos turísticos do território duriense, na figura 13, traduzem o que se verifica ser uma certa indefinição quanto à tendência evolutiva, ainda que a partir de 2012 se assista a um crescimento significativo do número de hóspedes estrangeiros. Este desempenho reflete uma forte dependência do Douro, enquanto destino, em relação ao mercado nacional, o que poderá explicar, em parte, os resultados associados aos proveitos. Esta dependência, do mercado nacional, faz com que agentes sociais turísticos da região, como a AETUR (Associação de Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (cf. http://www.aetur.pt/), se envolvam, cada vez mais, na internacionalização do turismo da região.

Uma breve reflexão sobre agentes de animação turística, cuja atividade se divide entre empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos, permite aferir a existência de 55 agentes sediados na sub-região Douro (RNT, 2017). Destes 55, e tal como indica a figura 14, 89% são empresas de animação turísticas, enquanto 11% se dedicam à atividade de operador marítimo-turísti-

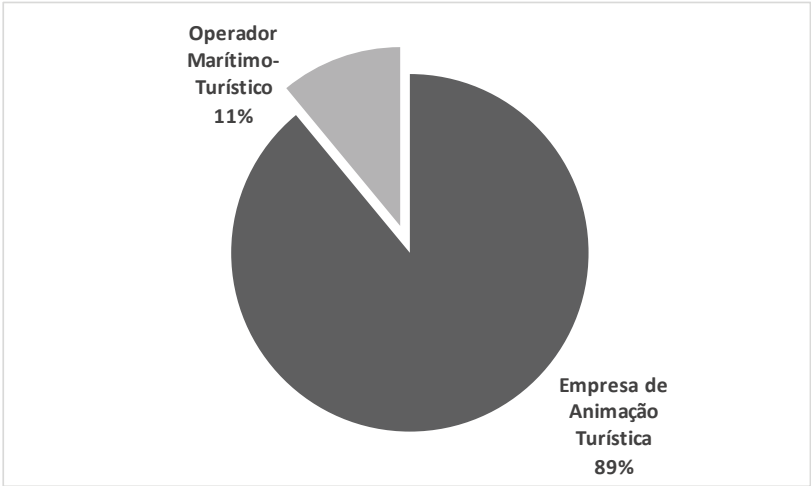
Figura 13. Evolução da proporção de hóspedes estrangeiros nos empreendimentos turísticos da sub-região Douro (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria com base em INE (2000-2016).

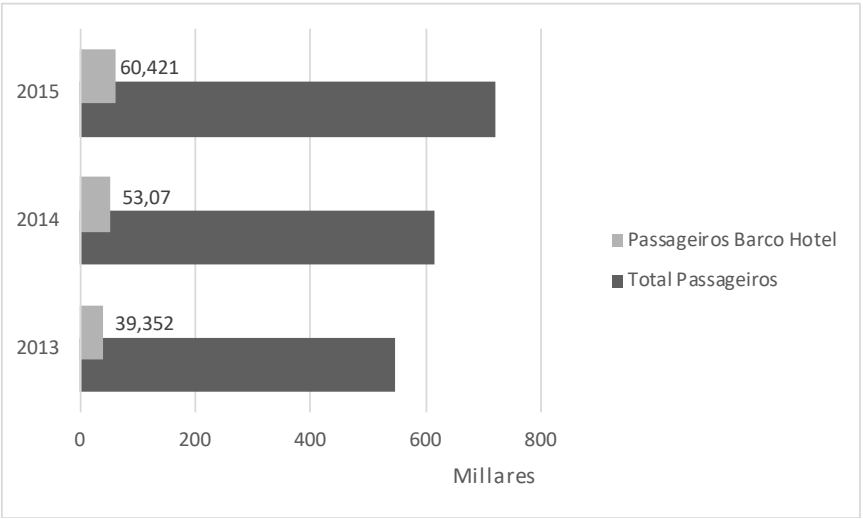
co. Claro está que a estes números terão que ser acrescentados aqueles que dizem respeito às empresas cuja operação se desenrola, igualmente, no território duriense, ainda que não se encontrem aí sediadas, com o propósito máximo de tornar as conclusões futuras mais sólidas e aproximadas da realidade.

Figura 14. Agentes de Animação Turística sediadas na sub-região Douro (2015).



Fonte: Elaboração própria com base em RNT (2017).

Figura 15. Evolução do número de passageiros em barco-hotel e cruzeiros, no período 2013-2015, no rio Douro.



Fonte: Elaboração própria com base em APDL (2017).

Nesse seguimento, falar de turismo e Douro implica ir além das fronteiras geográficas deste último. Um dos subsetores do turismo que mais tem crescido na região Norte, sustentando-se na atividade desenvolvida nas sub-regiões da Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, e Douro, é o dos Cruzeiros Fluviais, tanto na ótica dos passeios diários, como do barco hotel. Para se compreender a real dimensão deste "fenómeno" sublinha-se que, no ano de 2015, o rio Douro mobilizou mais de 721 mil passageiros (APDL, 2017)[13].

Existe, ainda assim, a necessidade de filtrar e interpretar estes valores de forma cuidada e consistente. Assim, centram-se as atenções nos passageiros de cruzeiros em barco-hotel, que pernoitam nos diversos pontos turísticos do rio Douro e da própria região do Douro, por exemplo, Peso da Régua, Pinhão e Barca d'Alva. Com recurso aos últimos dados, referentes ao período 2013-2015, verifica-se que o número de passageiros a navegar em barco-hotel registou uma taxa de crescimento média anual (15,4%), superior à constatada para a totalidade de passageiros em cruzeiros (9,8%), tendo alcançado o seu valor máximo em 2015, ao superar a barreira dos 60 mil passageiros (figura 15). Não sendo possível, em termos metodológicos, analisar o peso e efeito dos passageiros em barco-hotel conjuntamente com a procura dos alojamen-

13 Disponível a 15-12-2016 no sítio: http://douro.apdl.pt/index.php/category/documentacao/dados-da-via-navegavel-do-douro/ .

tos turísticos ditos convencionais, a avaliação da sua importância para a região do Douro terá que ser concretizada através do seu contributo para a economia regional e economias locais.

Face ao peso e representatividade do barco hotel na região do Douro, e remetendo para a ideia acima referida, torna-se necessário "atravessar" a delimitação administrativa e promover uma análise cuidada e profunda da oferta e procura turísticas, junto da porta de entrada para o "Douro interior", e por porta de entrada entenda-se os municípios do Porto e Gaia. Simultaneamente, esta análise reveste-se de maior importância pelo facto de os operadores marítimo-turístico se concentrarem, na sua maioria, nos municípios em questão[14] (RNT, 2017), reforçando a necessidade de alargar o território em estudo, ainda que as análises sejam, por definição, distintas entre si.

Em termos do impacto da classificação do ADV como Património Mundial, vários estudos têm analisado principalmente o impacto que esta classificação da UNESCO tem tido sobre o sector hoteleiro e turístico na região (Sousa, Monte e Fernandes, 2013; Sousa, 2013). Os dados disponíveis e analisados até à data, apontam para uma escassa influência no sector do turismo local – com ligeiras variações na região do ADV em termos de desenvolvimento da indústria turística – e mínima nos outros sectores. Vale a pena salientar que estes estudos têm uma abrangência territorial limitada ao ADV, pelo que não podem ser considerados como uma referência para toda a região do Douro NUT III.

No que concerne ao impacto mais amplo do turismo sobre a região, do ponto de vista económico, mas igualmente social, cultural e ambiental, poucos são os estudos levados a cabo nos últimos 16 anos, desde que o ADV foi distinguido pela UNESCO. Os estudos existentes são de cariz quantitativo e limitados a nível territorial, ou seja, uma apreciação concreta e no território dos efeitos sociais e culturais que o processo de patrimonialização tem produzido nas comunidades locais, são escassos ou estão ainda por realizar.

Uma análise ao impacto do turismo em aldeias pertencentes à região Douro, foi efetuada pela equipa do projeto ORTE (2010-2013), especificamente sobre o turismo rural (Kastenholz et al., 2014). O estudo avaliou, entre outros elementos, os efeitos do turismo rural em três aldeias do interior da região centro e norte, verificando-se um ligeiro crescimento do sector secundário e terciário entre 2001 e 2011, como indicadores de maior importância que os fluxos turísticos têm tido na economia local.

14 Atendendo aos dados disponibilizados pelo Registo Nacional de Turismo, do total de 119 empresas inscritas como operadores marítimo-turísticos, 64 (ou 54%) estão sediadas na NUTS III da Área Metropolitana do Porto, enquanto que apenas 6 (ou 5%) se encontram localizadas na sub-região do Douro.

Contudo, os autores apontam para a escassa reatividade da população local, nomeadamente, um crescimento pouco significativo das infraestruturas de acolhimento e, em geral, uma distribuição dos benefícios económicos derivados do turismo entre uma porção reduzida da população, nomeadamente a envolvida em primeira linha no sector do acolhimento e da restauração, sem uma significativa recaída positiva sobre outros sectores económicos, sociais e culturais. Uma análise dos programas de revitalização, requalificação e estímulos ao turismo nas aldeias vinhateiras, levada a cabo em 2010, chegou à conclusão que os resultados destas políticas foram dececionantes, e que pouca participação e interesse houve do lado das administrações locais e dos residentes das mesmas aldeias (Cristóvão e Medeiros, 2010).

Na ausência de investigação mais estruturada, e de outros dados estatísticos sobre a região, fica claro que é necessário um estudo mais aprofundado, e de cariz qualitativo, ao nível dos municípios que compõem hoje a NUT III Douro, para avaliar melhor os efeitos do turismo na região. Em resultado deste ponto de análise, podemos também concluir que o percurso histórico, incluindo a sua delimitação político-geográfica, foi marcado por um encadear de processos que conduziram à demarcação das margens do rio Douro como unidade de produção vitivinícola, inicialmente, e paulatinamente, com a distinção da UNESCO, como destino turístico. Duas fases que se sobrepõem e complementam e que conduziram ao destaque desproporcionado da região Douro reduzida apenas ao Alto Douro Vinhateiro, afastando as suas populações, o património cultural, e paisagístico diverso, das narrativas históricas da totalidade deste território.

4. ALÉM DO ADV

> [...] a esmagadora maioria das imagens Douro são ainda as do estereótipo pitoresco ou grandioso, pertencentes às molduras românticas e nacionalistas do século XIX que o antigo regime fascista soube reactivar e que a imagem (digital) massificada em (quase) nada veio alterar neste modo de representar e criar um lugar. (Museu do Douro, 2014: 4-5)

Apesar da oferta turística na NUT III Douro estar sobretudo focada nos seus produtos turísticos diretamente relacionados com a paisagem vinhateira (em particular a classificada pela UNESCO como património mundial), há alternativas a ponderar. Desde logo, bens e serviços para turistas que se baseiam noutros recursos naturais e culturais já existentes *in loco*, ou até mesmo ainda por "inventar". Todos eles podem ser trabalhados estrategicamente com vista à diversificação da oferta turística regional, integrando assim de forma mais abrangente e articulada, todo o território. As suas características climáticas

atlânticas e mediterrânicas possibilitam uma diversidade paisagística com um leque variado de recursos naturais e culturais. Estes poderão ser utilizados de forma criativa na conceptualização de produtos turísticos diferenciados com base em fatores latentes, ou que de momento apenas se manifestam em contexto local, permanecendo ocultos ou marginais no contexto regional.

A ocupação humana milenar desta região está patente no grande número de sítios arqueológicos existentes, dos quais o Parque Arqueológico do Vale do Côa é o seu expoente máximo, tendo sido classificado pela UNESCO como património da humanidade em 1998. Este complexo de arte rupestre é considerado o maior e mais importante conjunto de arte paleolítica ao ar livre do mundo. Este recurso ainda subaproveitado poderia ser o culminar de uma rota arqueológica transversal à região, que dispõe em quase todos os seus municípios de vestígios arqueológicos de interesse extremo: estruturas megalíticas diversas (por exemplo, antas em Alijó na Serra do Alvão, mamoas em Sabrosa, etc.), sítios de povoados castrenses localizados em lugares privilegiados para a fruição da paisagem (Castro de Favaios, Castro do Pópulo, Castelo Velho de Freixo de Numão, Castro de Cidadelhe) pinturas rupestres, e locais rituais tais como o singular Santuário de Panóias em Vila Real.

Numa perspetiva histórica destacam-se monumentos como o Palácio de Mateus (visitado por mais de 120.000 visitantes em 2016) e o castelo e a catedral de Lamego. Ainda relativamente ao espólio patrimonial material, existem inúmeros exemplos nomeadamente de arquitetura religiosa e monumental que podem ser ainda alvos de uma ação de promoção conjunta. Um exemplo de boas práticas a replicar noutros contextos é o projeto Vale do Varosa. O projeto estabeleceu uma rede integrada de monumentos históricos abertos ao público, principalmente nos concelhos de Tarouca e Lamego, e que implicam uma abordagem territorial da oferta turística, focada na história da região tendo os mosteiros cistercienses de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas como pólos principais.

Um exemplo de como o trabalho em rede, pensado de forma estratégica e com uma abordagem territorial, pode criar produtos turísticos de qualidade. Além do mais, nesta zona do Douro Sul encontramos o mosteiro franciscano de Ferreirim (Lamego), a aldeia vinhateira de Ucanha (Tarouca) ou o Centro da Máscara Ibérica de Lazarim (Lamego). Este projeto do Vale do Varosa obteve reconhecimento internacional, tendo sido contemplado com o prémio internacional AR&PA 2016 em Valladolid no X Congresso AR&PA dedicado ao "Património Inteligente". Foi, então, considerado como um bom exemplo quanto à sua forma de atuar, que consistentemente conjuga território, paisagem e património.

A nível de recursos naturais, a grande bacia hidrográfica em que a sub-

região do Douro se integra, possui um potencial para atividades ao ar livre (desporto de natureza e aventura, atividades cinegéticas, *birdwatching*, zonas fluviais balneares), tendo de momento três áreas naturais protegidas dentro desta sub-região, mormente, o Parque Natural de Alvão, o Parque Natural do Douro Internacional, e o recém-criado Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Estas áreas possuem uma reconhecida diversidade de flora e fauna de grande importância mesmo no contexto europeu, a existência de espécies de avifauna raras, assim como a presença de grandes carnívoros, como o lobo ibérico, recursos estes que podem potenciar o turismo de natureza. Um bom exemplo da criação de produtos turísticos com base nos recursos naturais existentes, é o recém-criado roteiro geoturístico. Este foi desenvolvido numa parceria com a UTAD, que explora as características geomorfológicas da região, mas também antigas explorações mineiras que poderão ser visitadas, por exemplo, as minas de ferro e volfrâmio de Torre de Moncorvo.

Na região, além dos vinhos do Porto e Douro, produz-se vinho moscatel e espumantes de grande qualidade que diversificam e tornam a oferta enoturística mais ampla. De entre os produtos agrícolas locais destacam-se também: a maçã, laranja, castanha, sabugueiro, amêndoa e azeite que já são ou poderão tornar-se excelentes matérias-primas enveredando por uma produção agroecológica que poderá oferecer uma garantia de qualidade. Esta, por seu turno, pode potenciar o Douro como um ecodestino no qual existe uma relação responsável e de futuro entre atividades humanas e ambiente/território. Estes bens alimentares, alguns deles já com denominações de origem podem servir para a (re)criação, recuperação ou promoção de gastronomias locais aliadas aos vinhos já apreciados e reconhecidos.

Para que um território rural essencialmente agrário se converta num destino turístico é necessária uma perspetiva integrada e planeada que ofereça ao turista uma experiência total na qual o território é vivido de forma corpórea com estímulos sensoriais totais e não apenas limitado ao fascínio visual da paisagem, mas também háptico, olfativo, audível e gustativo. Para tal é determinante, tal como acontece já nos vinhos do Douro, que se possa saborear o território durante a visita, mas também nos produtos que se possam consumir pós-visita, transportando assim a "essência da região".

Não é possível identificar uma gastronomia que possa ser considerada "tradicional" do Douro. Antes, reconhecem-se produtos gastronómicos que são originários dos vários locais que pertencem ao território Douro. Por exemplo: Vila Real tem como especialidades o Joelho de porca, as Cristas de galo, os Pitos de Santa Luzia, as ganchas de São Brás; já a cidade de Lamego é conhecida pelas bolas de carne, pelo fumeiro e pelos biscoitos de Teixeira e ainda a vila

de Carrazeda de Ansiães que tem tradição na carne de porco assada na brasa, pratos de caça (javali, coelho e perdiz) bem como peixinhos do rio, fritos ou com molho de escabeche.

A organização de eventos, feiras congressos e outros certames poderá ser também uma mais-valia na promoção do território como destino turístico. Apesar de já haver algumas atividades municipais e intermunicipais, parece ser necessário ainda uma maior articulação entre organizadores e promotores de forma a poder garantir uma programação cultural ao longo de todo o ano que não se limite à denominada época alta, sujeita a uma sobreposição de eventos com consequências negativas para o sucesso dos mesmos, dotando assim o território de uma oferta variada e apelativa consistente.

O território Douro possui já uma série de eventos temáticos tais como a Expodemo, Feira da Laranja, Festa da Amendoeira em Flôr, festas religiosas e romarias como a Nossa Senhora dos Remédios em Lamego, manifestações rituais como Entrudo de Lazarim, Feira Medieval de Penedono e de Torre de Moncorvo, e eventos com abordagens mais contemporâneas tal como o DouroJazz, o Douro Film Harvest, o Douro Entre Margens. Os últimos dois exemplos foram sem dúvida eventos que trouxeram novas dimensões e atributos ao território, diversificando a oferta e criando novos perfis de turistas para a região, mas também reforçando uma imagem de destino de excelência.

No âmbito desportivo encontram-se vários eventos de cariz automobilístico, nomeadamente as corridas do Circuito Internacional de Vila Real, que acontecem entre o mês de junho e julho na dita cidade, bem como campeonatos automobilísticos à escala nacional, em Santa Marta de Penaguião e Murça, e alguns eventos de todo-o-terreno que agregam sempre uma grande concentração de aficionados. Já entre os eventos de cariz desportivo ligados ao atletismo destacamos a Maratona do Douro Vinhateiro na Régua, e no ciclismo as várias provas nacionais de distintas disciplinas em Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Tarouca.

No plano do património imaterial, a recente inclusão da elaboração da cerâmica preta de Bisalhães na classificação da UNESCO, espera ser uma alavanca para a projeção de um produto artesanal pouco conhecido, mesmo a nível nacional. Outros saberes relacionados com a cultura material e imaterial da atividade vitivinícola: tanoaria, cestaria, latoaria poderão aproveitar esta classificação para se promoverem adaptando-se a novos mercados e públicos que reconhecem nas práticas e saberes tradicionais um bem transacionável. Já entre os saberes não relacionados com a atividade vitivinícola há que mencionar as máscaras de Lazarim esculpidas artesanalmente em madeira para o Entrudo como mais um exemplo do património a potenciar. Ainda no concelho de Vila Real, mais concretamente nas aldeias próximas ao Parque Natural do

Alvão, subsiste, ainda que em declínio, o cultivo e transformação artesanal de fibras do linho no característico e apreciado tecido.

Considere-se também uma possível exploração e investimento no âmbito da criação contemporânea como fator de atração de visitantes e turistas, o exemplo do município de Moimenta da Beira que encomendou intervenções artísticas aos reconhecidos artistas Joana Vasconcelos e Alexandre Farto num parque eólico do concelho, procurando minimizar o impacto visual e ambiental da implantação de torres eólicas ao tornar uma possível "fraqueza" paisagística num atrativo. Ainda neste campo da criação contemporânea tanto organismos institucionais, como agentes privados, parecem reconhecer neste tipo de intervenções uma mais-valia para o território e que poderão reforçar uma ideia de *branding* territorial e de destino turístico, ao recorrerem por exemplo a arquitetos e artistas plásticos de renome mundial como são o caso de Siza Vieira e Souto Moura na projeção e decoração de espaços hoteleiros e de adegas (ex. Adega Porto Cruz – Alijó), não só promovendo as boas práticas na intervenção humana no território, mas também colocando a região no circuito mundial de obras artísticas e arquitetónicas a visitar.

Esta relação entre arquitetura e turismo é evidente não só numa abordagem monumental histórica. É já um dado adquirido que a arquitetura "de autor" pode ser um fator de atração turística como demonstram exemplos vários. Dentro da temática do património construído, o Douro detém uma riqueza de azulejaria tradicional portuguesa. Ao longo do território estão representadas em azulejos várias homenagens a personagens ilustres, como é o caso de Marquês de Pombal nos "Azulejos da Linha do Douro no Peso da Régua", mas também as gentes do Douro, similarmente estão representadas várias fases do ciclo produtivo do Vinho do Porto e também várias paisagens durienses.

Uma referência ainda ao consumo turístico do território através das suas linhas de comboio, tanto ativas como inativas, algumas reconvertidas em ecopistas: a linha do Sabor em Torre de Moncorvo, e o trajeto entre Pocinho e Barca de Alva. Dentro deste tipo de produtos turísticos que possibilitam um contacto mais corpóreo com o território, o Caminho Português Interior de Santiago, que atravessa a região, pode vir a ter um reconhecimento e um uso que de momento é ainda incipiente. Por último a questão do turismo da diáspora, também denominado turismo da saudade, que é ainda praticamente ignorado em termos promocionais e de oferta. Quando é claro que numa região marcada historicamente por elevadas taxas de êxodo rural existe um potencial mercado a explorar tanto nacional como internacionalmente.

Apesar da aleatoriedade e da necessidade de avaliação caso a caso do potencial turístico real e das suas consequências económicas e sociais para o território, esta enumeração expedita de potenciais produtos turísticos mostra

ser possível reforçar o Douro como destino turístico. Mormente, ampliando o leque de oferta turística sempre ponderando se é possível ou mesmo desejável apostar estrategicamente em produtos turísticos que não estejam diretamente relacionados com a imagem de destino do Alto Douro Vinhateiro. Torna-se evidente que, apesar de assumido e representado hegemonicamente de forma metonímica, este é um território que inequivocamente tem mais a oferecer, ao nível de produtos assentes nestes "outros" recursos naturais e culturais.

Um território, como constatamos, é sempre um espaço em transformação sujeito a circunstâncias históricas e ideológicas específicas. Hoje, a nível estratégico, pelo menos aparentemente, deseja-se que o Douro complete a sua metamorfose como destino turístico de excelência. Resta saber, porém, não só quantos turismos cabem no Douro, mas como se articulam políticas em prol dum turismo socialmente inclusivo. Ou seja, aquele em que o planeamento turístico integre territórios regionais para lá do ADV, reconhecendo-os como espaços de vivências, de oportunidade de emprego e de bem-estar (seja via direta, ou indireta) para os seus residentes.

Modelos de planeamento Turístico para o Douro

O desenvolvimento do turismo em Portugal e no Douro em particular depende de fatores internos e externos, o que nos obriga a ter em conta um planeamento adequado, benéfico, sustentável e responsável do turismo. Entre os fatores internos destacamos já a paisagem, os patrimónios culturais e naturais, o clima, a localização geográfica, a rede de transportes, as infraestruturas, a formação dos profissionais, as tecnologias e os meios de comunicação, que são alguns dos fatores de atração turística de qualquer destino. Dos fatores externos destacamos a disponibilidade de tempo e dinheiro pelos turistas, e as suas motivações para a viagem turística (férias, negócios, desporto, familiares, religiosas…).

O turismo é uma atividade que se manifesta num território nas mais variadas configurações, especificidades e escalas, seja por iniciativa privada ou pública, ou mesmo comunitária. Um território, ou vários territórios, podem tornar-se um lugar turístico, um lugar apropriado pela atividade turística que o transforma, delimita e desconstrói. A atividade turística pode estar ausente ou até alheia ao território, mas, quando construído e produzido pelos turistas, operadores e planificadores (Knafou, 1996), esta pode criar um território turístico. Para Fratucci (2000) este é o território produto, vendido e consumido em virtude de um valor simbólico atribuído, e por meio de infraestruturas territorializadas.

Falamos de um turismo contemporâneo que é possível graças ao contexto

de mobilidade globalizada que as sociedades atuais desfrutam. Há que pensar no turismo repensando as noções de lar, pertença a um lugar e identidade, relacionando a idade e as relações entre diferentes formas de mobilidade temporária e permanente. A mobilidade permite-nos compreender melhor os impactos do turismo do lado da sua produção e consumo, indo além dos impactos no destino:

> Placing tourism within the broader context of human mobility, and the substantial insights that this can generate in relation to quantitative assessments of social interaction and accessibility at the macro-level, and qualitative assessment of constraints, identity and attachment to place at the micro-level, may provide us with a much firmer theoretical foundation for a geographical contribution to understanding tourism than has hitherto been the case. (Hall, 2005: 135)

Enquanto fenómeno global que permite a produção e o consumo de experiências, este manifesta-se local e regionalmente e implica a construção de um lugar, e assim, o estudo do turismo pode contribuir para revelar "(…) the dialectics of production and consumption, the tensions between the global and the local, and core issues associated with social and spatial polarization" (Milne e Ateljevic, 2001:386).

O turismo implica uma interdependência que produz a tal rede que compõe o destino, é dizer o próprio produto. Este produto depende das estratégias definidas pelos vários intervenientes que estão envolvidos e que compõe a rede do destino turístico. Tal como o território, o turismo deve ser abordado como uma rede complexa e multi-nivelada: "The actors in the net are mainly tourism enterprises, but representatives of public administration, different organisations, associations, events and local population may also be involved in it." (Komppula apud Brito e Correia, 2006:5). Importa assim considerar se o turismo no Douro é exemplo desse processo multinivelado e se considera todos os intervenientes, e o próprio papel do território enquanto produto múltiplo e complexo.

No caso específico do Douro, o seu principal produto turístico é o destino ADV. Neste, com a declaração como Património Mundial da Humanidade em 2001, começaram a proliferar estratégias de desenvolvimento do território (NUT III) por parte dos atores públicos com competências em matéria turística, com o objetivo de transformar a zona num destino turístico de referência em Portugal, sendo que a maioria delas se baseou na atribuição de fundos para a construção de infraestruturas de alojamento por parte de agentes privados e na promoção turística externa.

Apesar da criação destas infraestruturas, também os agentes envolvidos no

desenvolvimento turístico do território apontam como principal dificuldade a delimitação territorial da zona objeto de estudo. Esta dificuldade resulta em parte da complexa organização administrativa e territorial portuguesa que conta com municípios, freguesias, distritos, etc. Estas mudanças e desarticulações na organização político-administrativo-territorial de TMAD não contribuem para a investigação científica comparada, integrada e em perspetiva histórica.

Se considerarmos as regiões de turismo criadas para as NUT III, fundamentalmente, numa perspetiva de promoção do destino, temos ainda as entidades regionais Turismo do Porto e Norte de Portugal, e a Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal (sendo esta última responsável pela promoção externa do turismo). Esta promoção corresponde a nível interno à entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal, e no âmbito da promoção exterior à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Esta divisão territorial específica para a atividade turística pode resultar infrutífera por considerar de forma simplista que o turismo no Douro é uma atividade circunscrita ao seu território (NUT III). É uma atividade que ultrapassa qualquer divisão administrativa, desde logo porque tem como principal foco emissor a região do Porto, onde se encontra o aeroporto internacional Sá Carneiro, a sede da maior parte das empresas de cruzeiros do rio Douro (um dos principais produtos turísticos da região), e a cidade do Porto, um destino de grande interesse para os turistas internacionais. Ademais os produtos turísticos na NUT III Douro vão além do Alto Douro Vinhateiro, que é usado como baliza principal na delimitação das políticas e do território Douro. Há que considerar que neste território existem 19 municípios que fazem parte da sub-região turística Douro, mais 6 do que aqueles incluídos na distinção UNESCO (Sousa, 2013; Senra, 2014), sendo que cada um deles poderá ser um potencial atrativo turístico[15].

Desde uma abordagem da oferta e da procura turística na zona do ADV caracterizámos já a atividade turística existente como tendo uma forte concentração da oferta e procura turística, fundamentalmente, em 4 municípios: Lamego, Vila Real, Alijó e Peso da Régua. O território padece de uma forte sazonalidade[16], sobretudo devido à excessiva dependência de um único produto turístico, o turismo de cruzeiros, e da falta de oferta complementar; finalmente, destacar a forte dependência do turismo nacional, turismo de proximidade,

15 Miro (2001: 85) assinalou que o número de concelhos que integram as Regiões de Turismo foram-se alargando, porque "a ideia é que não haja concelhos que não estejam cobertos por uma Região de Turismo".

16 "No Douro temos duas épocas baixas, a de segunda a quinta e a de outubro a março" (Sousa, 2001: 74).

que não favorece as estadias de longa duração, sendo a estadia média registada na região inferior a dois dias (Sousa, 2013).

Contudo, é preciso assinalar que a dificuldade na delimitação territorial de uma área geográfica com potencial turístico ultrapassa as nossas fronteiras, sendo esta uma questão amplamente abordada por geógrafos e peritos em planificação do turismo e desenvolvimento do território a nível internacional. Gunn (2002) indica que o destino transcende as fronteiras políticas jurisdicionais, e que à medida que o mercado muda os destinos mudam de tamanho -aumentam, diminuem ou desaparecem - o que complica a sua planificação e o seu desenvolvimento. Já Dredge (1999) acrescenta que as fronteiras administrativas adotadas comummente na planificação do espaço podem limitar a correta conceptualização e planificação da região destino. Estes autores apresentaram modelos de desenvolvimento territorial turístico que ultrapassam as barreiras administrativas. Um dos modelos mais amplamente utilizado é o de Gunn (2002), que articula um modelo baseado na cooperação entre zonas rurais e urbanas, que estabelece uma delimitação em função da importância turística de cada zona, assim como corredores de circulação de turistas. Assim, é complicado estabelecer zonas em função da importância turística de cada zona, uma vez que a expressão "importância turística" é um conceito complexo, ambíguo e multidimensional.

Portanto, se o objetivo é que o turismo seja uma atividade com externalidades positivas para os territórios do interior desruralizados, como a região do Douro, há que "disseminar a oferta turística pelas aldeias e lugares mais pequenos" (Miro, 2001:69), abordando o desenvolvimento turístico da zona desde uma perspetiva mais ampla. Desta forma poder-se-á ultrapassar o elevado índice de saturação turística[17] na zona do ADV detetado por Sousa et al., (2013). Podemos destacar alguns exemplos de modelos que procuram um desenvolvimento turístico integrado para destinos de interior (López, 2003) capaz de oferecer uma metodologia de análise e delimitação territorial interessante para a área de estudo em questão. Um modelo baseado nas novas relações campo-cidade com o objetivo de dinamizar as zonas afetadas pela desruralização (semelhante ao de Gunn, 2002). Um modelo capaz de criar unidades ambientais turísticas priorizando projetos singulares que sejam chave de desenvolvimento territorial. Unidades ambientais turísticas, sobre as que se articulariam os produtos turísticos, delimitadas em função de uma avaliação analítica dos elementos básicos de apoio (suporte territorial, bases demográficas e bases socioeconómicas) e elementos do sistema turístico (recursos territoriais turísticos, mercados, empresas e instituições).

17 Sousa et al., (2013) calculam o índice de saturação turística de um destino com objetivo de medir o impacto social do turismo em cada região e a sua capacidade para suportar acréscimos adicionais da procura turística com base no nº de turistas/nº de residentes.

Porém, além da delimitação territorial do destino turístico quer seja feita em função da análise da oferta, imagem, procura e *marketing* digital turístico e novas tecnologias no Douro, é preciso não deixar de olhar para o Porto, como território fornecedor de turistas, e principal distribuidor de produtos e serviços turísticos. Isto sem subestimar o potencial do Douro interior para acrescentar benefícios turísticos. Amorim et al., (2012: 1066), num estudo recente sobre a atividade turística no Douro focado nos cruzeiros turísticos, indicaram que "os cruzeiros podem realmente introduzir os turistas que visitam Porto e a região interior fortalecendo o produto gastronomia e vinho. Mais, por que não arriscar que o potencial turístico do Douro interior pode, inclusive, incrementar o turismo na cidade do Porto".

Deduz-se então que a necessidade de colaboração entre ambos territórios, conjugada inclusivamente com uma competitividade entre os mesmos, dando lugar a uma cooperação competitiva entre estes destinos para atingir um objetivo comum apesar de terem interesses distintos. Este comportamento denomina-se "coopetição" e está a ser explorado no âmbito do turismo, e mais concretamente nas relações entre empresas, e também entre destinos turísticos, com grande interesse, tal como reflete o estudo levado a cabo por Chim-Miki e Batista-Canino (2016). Kylanen e Mariani (2012) indicam que os destinos turísticos, a sua evolução e gestão, oferecem um contexto fértil para o estudo da coopetição, pois estes são o reflexo das mudanças e os desafios que se dão nos ambientes complexos e globalizados da maioria parte dos negócios. No âmbito da gestão estratégica, a teoria comportamental e a teoria de jogos estabelecem que a cooperação e a competitividade determinam diferentes ações que, porém, podem ser interdependentes e criar sinergias (Corte e Aria, 2016). Neste sentido, e num contexto tão globalizado como o atual, a combinação de cooperação e a competitividade tanto a nível local como regional entre os destinos turísticos assegura a qualidade da oferta turística e competitividade a nível internacional.

5. CONCLUSÃO: 'O MAPA NÃO É O TERRITÓRIO'

> "Naquele império, a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do império uma província inteira. Com o tempo, estes mapas desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um mapa do império que tinha o tamanho do império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos dedicadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado mapa era inútil e não sem impiedade entregaram-no às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa habitadas por animais e por mendigos; em todo o

país não há outra relíquia das disciplinas geográficas." (Borges, 1982: 117)

Através de uma análise exploratória da literatura existente, dos dados estatísticos, da imagem turística e de dados de trabalho de campo exploratório, entre outros elementos, este texto demonstra de forma incontrovertível, que o 'Douro' é um território cuja delimitação geográfica e cultural apresenta fortes ambiguidades. Os significados diferentes e contraditórios que os autores atribuem ao topónimo Douro (a região do rio Douro, a Região demarcada, o ADV reconhecido pela UNESCO, a unidade de análise estatística NUT III e desde 2013 delimitação administrativa, o destino turístico, entre outros) mostram de forma clara que o Douro não é um território, mas configura-se como uma arena onde diferentes olhares, discursos e poderes traçam e traçaram ao longo de décadas diferentes confins, atribuem diferentes características, definem e representam o Douro segundo as suas agendas, perspetivas políticas e abordagens metodológicas (Pina, 2007).

Esta análise preliminar leva-nos a um posicionamento claro, em termos epistemológicos, que, sem negar a consistência do objeto em análise, põe em causa a unicidade da representação do Douro e a delimitação unívoca e límpida dos seus confins. O Douro é um conjunto de representações e espaços e, portanto, nenhum processo definitório do mesmo (administrativo e/ou científico) pode chegar a um ponto definitivo e permanente. O Douro escapa como conceito geográfico e cultural a definições rígidas: como vimos, é o território administrativo, a NUT III, o promovido pelo *marketing* turístico, mas é também o vale encantado do escritor Miguel Torga, a terra da saudade para os emigrantes, o rural idílico do Estado Novo, a miséria do camponês, o património da humanidade. Todas estas leituras estão constantemente presentes quando nos aventuramos a entender o que é o Douro, onde começa e onde acaba.

Cada uma destas representações do Douro é de facto um mapa diferente, que responde a preocupações políticas, motivações identitárias e interesses distintos e, às vezes, divergentes. Como perentoriamente afirmou Alfred Korzybski (1933) todavia, "the map is not the territory". Quando trabalhamos com mapas, estamos a trabalhar com representações, e é central numa pesquisa não confundir uma coisa com a outra. As instituições, a literatura, os residentes, cada coletividade constrói mapas: cada uma apresenta uma leitura diferente do território, respondendo às suas prioridades políticas, agendas económicas, sociais e identitárias. Cada mapa é também, ou pretende ser, um ordenamento e uma definição do território: o primeira e mais célebre 'mapa' da região – nesse sentido - a demarcação Pombalina de 1756, representa um exemplo iluminista e evidente desta operação, cujos efeitos perduram fortemente na construção da identidade do território contemporâneo.

O Douro como destino turístico prioritário para a região Norte, é, na con-

temporaneidade, outro exemplo de construção e definição do território. Como salienta James Scott (1998), criar mapas e estabelecer confins são operações próprias da administração do estado moderno, que visam simplificar e esquematizar o conhecimento do território para fins administrativos. Mas os mapas estão também ligados à experiência concreta do lugar, à sua identidade, dando conta da perceção dos residentes, da sua ligação emotiva à paisagem, dos seus processos de *place-making*, e revelam também como os mapas produzidos pelas instituições e pelos órgãos de governo foram e são, ao longo da história, incorporados, apropriados ou antagonizados a nível local e individual.

De facto, nenhum mapa pode esgotar o território, e, como vários autores apontaram, nenhum esforço administrativo, político ou científico (como a citação de Borges nos relembra) esgota a irremediável multiplicidade do real (veja-se ainda Scott, 1998), nem consegue inscrever confins estanques e delimitações precisas nos mundos sociais onde as pessoas vivem. Todavia, esta reflexão conclusiva não nos deixa numa situação de desespero metodológico com sabor pós-modernista, nem estamos a assistir à evaporação do nosso objeto de estudo: afirmar que não há um único Douro, mas uma multiplicidade deles, não equivale a dizer que em termos epistemológicos o Douro não possa ser descrito, analisado e entendido. Antes pelo contrário. Se a preocupação inicial deste texto era a 'definição' e o 'enquadramento' prévio do território com o objetivo de legitimar epistemologicamente a unidade de análise territorial do projeto DOUROTUR, chegamos no fim à conclusão que esta questão deverá ser colocada de forma diferente. Ou seja, reconhecendo na prática de pesquisa o Douro como arquivo estratificado de múltiplas representações propostas por diferentes intervenientes, entre os quais, vale a pena salientar, se posiciona também o mesmo projeto DOUROTUR e os seus investigadores.

O projeto DOUROTUR posiciona-se como instrumento de análise do(s) 'território(s)' por um lado, mas também e simultaneamente como um dos protagonistas ativos no processo de construção contemporânea do mesmo. De facto, a implementação do projeto e a pesquisa que decorre no seu âmbito concorrem à construção do território Douro como objeto imaginado e desejado, contribuindo ao reforço de mapas existentes, contestando outras, confirmando olhares políticos ou então questionando-os e elaborando novas perspetivas.

Ao reconhecer a heterogeneidade, a diversidade e a fragmentação que caracterizam o Douro enquanto construção imaginária, e ao avançar na exploração das dinâmicas que o caracterizam na contemporaneidade, o projeto DOUROTUR irá definir e reificar neste processo uma porção de espaço como seu objeto de análise. Esta operação - fundamentalmente arbitrária, como qualquer delimitação territorial e conceptual acaba por ser – irá proporcionar um novo mapa e uma nova leitura do espaço, que acrescentará, sem as substituir, às já existentes.

Nesta perspetiva a definição puramente espacial do território em análise é relevante só do ponto de vista da gestão administrativa e política do território, e neste sentido o projeto DOUROTUR terá necessariamente, pelo menos em parte e para realizar alguns dos seus objetivos, que ultrapassar os confins da unidade estatística NUT III. Como demonstrámos, o Douro, e de forma particular a mobilidade humana que o caracteriza fortemente (dos fluxos turísticos - que tantas esperanças alimentam nesta região - mas também dos estudantes e dos emigrantes), enquanto fenómeno humano, social e cultural não está circunscrito às delimitações territoriais rígidas dos programas de desenvolvimento regional.

Referências Bibliográficas

Aguiar, F., Rodríguez, J. (coords.) (2001). Rotas dos vinhos do Douro. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.

Aguiar, F. (2002). O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva. Douro – Estudos & Documentos, 13, pp. 143-152.

Almeida, J. (2013). Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem do Alto Douro Vinhateiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Almeida, M., Pedro, J. (2003). "A actividade turística em torno de Lamego: Da vocação histórica às novas oportunidades", in Solla, Xosé Manuel (ed.): La Geografía y la gestión del turismo. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 75-85.

Amirou, R. (2007). Imaginário turístico e sociabilidades de viagem. Vila Nova de Gaia: Estratégias criativas – APTUR.

Amorim, E., Andrade, C., Frederico, N., Umbelino, J. (2012). Los cruceros turísticos en el Douro y el segmento de vinos y gastronomía: Una propuesta de sustentabilidad sociocultural, Estudios y Perspectivas en Turismo, 21, pp. 1050-1071.

Clavé, S., Reverté, F. (coord.) (2010). A propósito del turismo. La construcción social del espacio turístico. Barcelona: UOC.

APDL (2017). Dados da via Navegável do Douro. Disponível a 15-12-2016 no sítio: http://douro.apdl.pt/index.php/category/documentacao/dados-da-via-navegavel-do-douro/

Appadurai, A. (1990). "Disjuncture and Difference in the Global Culture Economy", em Public Culture 2 (2), pp. 1-23.

Appadurai, A. (1995). "The production of locality", in Ardon, Richard F. (dir.), Counterworks Managing the diversity of knowledge. London: Routledge, pp. 204-225.

Appadurai, A. (1996). Dimensões Culturais da Globalização. Lisboa: Teorema.

Barretto, M. (2012). Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. São Paulo:

Papirus.
Batista, T., Mendes, P., Vila-Viçosa, C., Gomes, C., Fernandéz, L., Cabezas, J. (2011). Unidades Locais de Paisagem: Ensaio aplicado à área Alentejo – Extremadura no âmbito OTALEX II. In Batista, T.; Carriço, C.; Ceballos F.; Delgado, P., Coord. - OTALEX II - Resultado do Projecto. CIMAC e Dir. Gen. Urb. y Orden. Territ., pp. 81-96
Beni, M. (2007). Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC.
Bonnemaison, J. (2002). "Viagem em torno do Território", in Corrêa, R., e Rosendhal, Z. Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: Eduerj. pp. 83-132.
Borges, J. (1982). "Sobre o Rigor na Ciência", in História Universal da Infâmia, trad. de José Bento, Lisboa: Assírio e Alvim.
Brito, C., Correia, R. (2006). A Model for Understanding the Dynamics of Territorial Networks: The Case of Tourism in the Douro Valley. Proceedings of the 22nd Annual IMP Conference., pp. 1–17.
Bruner, E. (1989). "Of Cannibals, Tourists and Ethnographers", in Cultural Anthropology nº 4(4), pp. 438-445.
Bruner, E. (1995). "The Ethnographer/Tourist In Indonesia", in Lanfant, Marie-Françoise; Allcock, John B. y Bruner, Edward M. (Eds.): International Tourism. Identity And Change. London: Sage, pp. 224-241.
Bruner, E. (1996). "Tourism In The Balinese Borderzone", em Lavie, Smadar e Swedenburg, Ted (Eds): Displacement, Diaspora, and Geographies of Identity. London: Duke University Press, pp. 157-179.
Bruner, E. (2004). "The Maasai and The Lion King. Authenticity, Nationalism and Globalization in African Tourism", em Bohn Gmelch, Sharon (Dir.): Tourists and Tourism. A Reader. Long Grave, Illinois: Waveland Press, pp. 127-156.
Burton, R. (1975). La cabida del campo para el recreo. Madrid: INCN – Ministerio de Agricultura.
Cabral, M., Sousa, R. (2001). Indicadores de localização, especialização e diversificação e análise shift-share: uma aplicação às NUT III da Região Norte no período 1986-1998. NIPE WP 13.
Cardeira da Silva, M. (coord.) (2004). Outros Trópicos. Novos destinos turísticos. Novos terrenos da antropologia. Lisboa: Livros Horizonte.
Cardoso, M. (2010). A Importância da Paisagem para o Desenvolvimento Turístico – O caso da Ilha de São Jorge. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
Carmo, R. (2006). Contributos para uma Sociologia do Espaço-Tempo. Oeiras: Celta Editora.
Carvalho, P., Salazar, A., Neves, J. (2011). A imagem percebida e o perfil do turista de um destino turístico cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro, património da humanidade. Artigo apresentado nas Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica, 21, ETEA – Facultad de Ciencias Económicas y

Empresariales, Córdova.
Carvalho Arroteia, J. (1994). O turismo em Portugal. Subsídios para o seu conhecimento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
Carvalho Ferreira, J. (2012). A sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro: Realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e Melhoria da sustentabilidade da região do Douro. Tese de doutoramento em geografia e planeamento territorial, especialidade em geografia humana. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
Castells, M. (1996). The information age: economy, society and culture. Oxford: Blackwell Publishers.
Cavaco, C. (1979). O Turismo em Portugal: Aspetos Evolutivos e Espaciais, Estudos de Geografia Humana e Regional. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa: INIC.
CCDR-C (2008). Relatório de Fundamentação Técnica – Modelo Territorial. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra.
CCDR-N (2011). Avaliação do nível de satisfação dos turistas na Região Norte – Douro. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto.
Cepeda, F., Ramos, L. (2002). "Trás-os-Montes e Alto Douro". In M. de Abreu e Lima (coord.), Atas do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Porto, Árvore, pp. 29-63.
Cerro, F. (1993). Técnicas de evaluación del potencial turístico. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo.
Chim-Miki, A., Batista-Canino, R. (2016). La investigación sobre coopetición. Estado actual del conocimiento y sus implicaciones en los estudios turísticos, Estudios y Perspectivas en Turismo, 25, pp. 399-415.
CIM Douro (2014). Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020) – Relatório Final. Disponível a 20-04-2017 no sítio: http://www.sjpesqueira.pt/uploads/writer_file/document/1680/EDIRD_VF.pdf
Cipriano, J. (2017). "Caracterização da Região Demarcada do Douro", Acessível online em: https://www.clubevinhosportugueses.pt/turismo/alto-douro-vinhateiro-caracterizacao-da-regiao-demarcada-do-douro/
Cortesão, J. (1995). Portugal, a terra e o homem, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
Cova, B., Mazet, F., Salle, R. (1996). Milieu as a Pertinent Unit of Analysis in Project Marketing, International Business Review, 5(6), pp. 647-664.
Cristóvão, A, Medeiros, V. (2010). "Aldeias Vinhateiras : Requalificação Urbana , Turismo E Desenvolvimento Local No Douro." Pasos 8 (4), pp. 519–28.
Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S. (1993). Tourism: Past, Present and Future. London: Heinemann.
Cunha, L. (2006). Economia e Política do Turismo. Lisboa: Verbo.

Corte, V, Aria, M. (2016). Coopetition and sustainable competitive advantage: The case of tourist destinations, Tourism Management, 54, pp. 524-540.

Dias, J. (1953). Rio de Onor. Comunitarismo Agro-pastoril. Porto: Instituto de Alta Cultura -Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Direcção Geral do Território (2016). Carta das Unidades de Paisagem em Portugal Continental (CUP), disponível em http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/cup/ (acedido a 18 de dezembro de 2016).

Donaire, J. (1998). "La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales", in Sociedade e Território, n.º 20, pp. 55-68.

Dredge, D. (1999). Destination place planning and designing. Tourism Management, 26(4), pp. 772-791.

Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal - ERTPNP (2015). Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal. Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, Viana do Castelo.

Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal Horizonte 2015-2020. Disponível em: http://www.portoenorte.pt/client/files/0000000001/3037.pdf (Último acesso em 6 de dezembro de 2016).

Farinha-Marques, M., Fernandes, C. (2014). Avaliação do Património Vegetal Natural do Alto Douro Vinhateiro 2001-2012, in GOT – Revista de Geografia e Ordenamento de Território, 5, pp. 94-115.

Fazenda, N. (coord.), Alegria, E., Gomes, J., Costa, V. (2008). Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto.

Fernandes, B. (2013). Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese de Livre-Docência. UNESP.

Fratucci, A. (2000). Os lugares turísticos: territórios dos fenômeno turístico. In Geographia 2(4), pp. 121-133.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) (2011). Projecção do Parque Escolar por NUT III a 2013 – Sub-região Douro. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Gartner, W. (2000). "Supply", em Jafari, Jafar (ed.) Encyclopaedia of Tourism. London: Routledge, pp. 564-565.

Gomes, D., Dinis, M. (2016). Qualidade de Vida Urbana: O papel das NUT III nos indicadores de desenvolvimento sustentável. Comunicação apresentada no congresso PLURIS 2016, Universidade do Minho. 27-29 de Setembro, Braga, Portugal.

Gonçalves, E. (2013). Na rota das Quintas Históricas do Douro – Guia, Maia, ISMAI.

Gunn, C. (2002). Tourism Planning: Basics, Concepts, Cases. 4º Ed. Routledge, Taylor and Francis Group. New York.

Haesbaert, (2002). "Fim dos territórios ou novas territorialidades?", in Lopes,

L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras.
Håkansson, H., Tunisini, A., Waluszewski, A. (2003). Place as a Resource in Business Networks, Paper Presented at the 18th IMP Annual Conference, Dijon, France.
Hall, C. (2009). El turismo como ciencia social de la movilidad. Madrid: Síntesis.
Hall, C. (2005). "Reconsidering the Geography of Tourism and Contemporany Mobility", in Geographical Research, 43(2), pp. 125-129.
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (2014). Estatísticas (disponibilizadas em: https://www.iefp.pt/estatisticas).
Instituto Nacional de Estatística - INE (2011). Recenseamento Agrícola 2009. Análise dos Principais Resultados. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística - INE (2012). Estatísticas demográficas 2010. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística [INE] (2015). NUTS 2013 – As Novas Unidades Territoriais para fins estatísticos. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017a). Anuário Estatístico da Região Norte – 2016. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017b). Desenvolvimento regional global, competitividade, coesão e qualidade ambiental. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017c). Estatísticas Demográficas 2016. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017d). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2015. Instituto Nacional de Estatística: Lisboa.
Jorge Nunes, A. (dir.) (2002), "Trás-os-Montes e Alto Douro". In. M. de Abreu e Lima (coord.), Atas do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto, Árvore, pp. 17-29.
Kastenholz, E., Figueiredo, E., Lima, J., Carneiro, M. e Eusébio, C. (2014). Reinventar O Turismo Rural Em Portugal - Cocriação de Experiências Turísticas Sustentáveis. UA Editora. Aveiro.
Knafou, R. (1996). Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In Adyr A. B. Rodrigues (org.). Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC.
Korzybski, A. (1933). Science and Sanity. New York: Institute of General Semantics.
Kylanen, M., Mariani, M. (2012). Unpacking the temporal dimension of coopetition in tourism destinations: evidence from Finnish and Italian theme parks, Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality Research, 23(1), pp. 61-74.
Leitão, M. (2011). A evolução da paisagem rural do norte de Portugal. Disser-

tação de Mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Lickorish, L., Jenkins, C. (1997). An introduction to tourism. Oxford: Butterworth/Hememann.

Lourenço-Gomes, L., Rebelo, J. (2012). "Alto Douro Vinhateiro património da humanidade: a complexidade de um programa de preservação", Pasos – Revista de Turismo e Património Cultural, 10 (1), pp. 3-17.

López, D. (2003). El desarrollo turístico integrado en los espacios rurales de interior: su aplicación al producto de salud, Cuadernos de Turismo, 11, pp. 107-126.

Madureira, L. (2005). Continuidade e mudança na paisagem do Alto Douro Vinhateiro: percepção, atitudes e preferências dos visitantes e turistas, Douro Estudos & Documentos, 19, pp. 43-53.

Magalhães, A., Guimarães, S. (2014). Seminário Paisagem: Matéria – Ficção, Museu do Douro, Peso da Régua.

Pereira, G. (2001). "Rota do vinho do Douro", em AGUIAR, F., Rodríguez J. (coords.) (2001): Rotas dos vinhos do Douro. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, pp. 175-194.

Pereira, G. (2014). "Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento", em Museu de Lamego (org.): CONFERÊNCIAS DO MUSEU DE LAMEGO / CITCEM : Museu de Lamego – Direção Regional de Cultura, pp. 9-19.

Marujo, M. (2005). Alqueva e a Nova Paisagem Turística. Revista Turismo & Desenvolvimento, 2, pp. 145-148.

Medeiros, C. (2000). Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma introdução. Lisboa: Estampa.

Milne, S., Ateljevic, I. (2001). Tourism, Econmic Development and Global-Local Nexus: Theory of Embracing Complexity. Tourism Geographies, 3, pp. 369-393.

Miro, A. (2001). Encontros na casa da Calçada: O Douro em debate. Cadernos da Revista do Douro. Estudos & Documentos. Actas II (7).

Molina, S. (1991). Conceptualización del turismo. México: Limusa.

Mourão, P. (2006). "Tendências de concentração regional no interior português – O caso de Trás-os-Montes e Alto Douro", Regional and Sectoral Economic Studies, 6-1, Disponível em http://www.usc.es/economet/reviews/eers617.pdf [consultado em 15-05-2015].

Murdoch, J. (1998) The spaces of actor-network theory, Geoforum 29(4), pp. 357-374.

Museu do Douro (2014). Paisagem: Matéria – Ficção. Disponível em http://www.museudodouro.pt/books/paisagem-materia-ficcao/download/paisagem-materia-ficcao.pdf (acedido a 18 de Janeiro de 2018).

Museu do Douro (2016). Território – Região Demarcada do Douro. Disponível em http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro (acedi-

do a 29 de dezembro de 2016).
Norte 2020 (2013). Diagnóstico Prospetivo da Região do Norte 2014-2020.
O´Neill, B. (2011). Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978). Porto: Edições Afrontamento.
Pais de Brito, J. (1996). Retrato de aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Parkhurst, S. (1996). "A região na aldeia. Uma etnografia sobre a produção local de regionalidade no Alto Douro", Douro- Estudos e Documentos, I (3), pp. 119-175.
Parkhurst, S. (1997). "Produção de identidade no Alto Douro", Douro- Estudos e Documentos, I (3), pp. 183-191.
Pearce, D. (1981). Tourist Development. London: Longman.
Pereira, A., Pedrosa, A. (2007). Paisagem Cultural das Montanhas do Noroeste de Portugal: Um ciclo de construção, desestruturação e reconversão, Territorium – Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 14, pp. 45-61.
Pinheiro, E. (2014). A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 3, pp. 71-100.
Pinto-Correia, T., Cancela d'Abreu, A., Oliveira, R. (2001). Identificação de unidades de paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental, Finisterra, 72, pp. 195-206
Pereiro, X. (2009). Turismo Cultural. Uma visão antropológica. La Laguna: PASOS. Disponível em http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/36-numero-2-turismo-cultural
Pereiro, X. (forthcoming). Abordagens exploratórias do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).
Pina, M. (2007). O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
Ramos, L., Bento, R., Azevedo, N. (2009). Acessibilidade aos serviços de urgência em Trás-os-Montes e Alto Douro. Inforgeo, 24, pp. 89-107.
Ramos, C., Fonseca, G. (2014). Interpretação do Significado de Paisagem Cultural: O valor da chancela UNESCO no caso do Alto Douro Vinhateiro. Artigo apresentado no Seminário Alto Douro Vinhateiro: Território de Ciência e Cultura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
Rebelo, J., Marques, C., Rebelo, V., Ribeiro, M., Teixeira, M. (2001). Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro-Caracterização Sócio-Económica. In Aguiar, F. et al. (coord.), PIOT-ADV, Relatório, Volume I - Diagnóstico da situação. UTAD, Vila Real.
Registo Nacional de Turismo - RNT (2017). Agentes de Animação Turística, disponível em https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True (acedido a 19 de janeiro de 2017).

Registo Nacional de Turismo - RNT (2017). Empreendimentos Turísticos, disponível em https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&MostraFiltro=True (acedido a 19 de janeiro de 2017).

Ribeiro, M. (1998). "Turismo Rural e o Desenvolvimento na Região do Douro – Processos e (Alguns) Resultados da Evolução Recente do Setor".

Ribeiro, M., Marques, C. (2002). Rural tourism and the development of less favoured areas – between rhetoric and practice. Internacional Journal of Tourism Research, 4(3), pp. 211-220.

Ribeiro, O. (1991). "As regiões geográficas". In O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau (coords.), Geografia de Portugal IV. A Vida Económica e Social, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 1243-1249.

Ribeiro, O. (1967). Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Rodrigues, M., Monteiro, A., Leite, S. (2010). Observação e Modelação do Clima em Terrenos Vitícolas num Contexto de Alterações Climáticas. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, 6 a 9 de Outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL).

Roseman, S. (2008). Apresentação de seminário sobre antropologia do turismo, no Pólo da UTAD em Chaves (Mestrado em Turismo).

Sancho, A. (dir.) (2001[1998]). Introdução ao turismo. São Paulo: ROCA.

Santana, A. (2003). "Turismo cultural, culturas turísticas", em Horizontes Antropológicos, 20, pp. 31-57.

Scott, J. (1998). Seeing like a State : How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. Yale University Press.

Senra, J. (2014). O turismo fluvial como vector de desenvolvimento turístico do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

Silva, A., (2008). Paisagens de Baco: Identidade, Mercado e Desenvolvimento - Um estudo de percepção e de representação aplicado às regiões vinhateiras dos Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Portugal.

Silvano, F. (2001). Antropologia do Espaço. Uma introdução. Oeiras: Celta Editora.

Solla, X. (ed.) (2003). La Geografía y la gestión del turismo. Actas VIII Coloquio de Geografía del turismo, ocio y recreación. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Sousa, F. (2003). "O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: (1756-1757)", em Revista de Letras e Culturas lusófonas, ano 2007, pp. 42-52.

Sousa, F. (2007). O Alto Douro. Da Demarcação Pombalina à Classificação de Património Mundial. In III Encontro Internacional Relações Portugal –

Espanha. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade e Edições Afrontamento, (População e Sociedade; nº 13). ISSN 0873-1861, pp. 19-30.

Sousa, C., Monte, A., Fernandes, P. (2013). Impacto do turismo da região demarcada do Alto Douro Vinhateiro, após a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Turismo ESG/IPCA – Barcelos.

Sousa, M., Cardoso, M, Queirós, J., Castro, R., Guimarães, D., Magalhães, A. (2009). Douro Património Mundial – Preservação e formas de armação do terreno numa paisagem evolutiva e viva, Ministério da Agricultura, Lisboa.

Su, X., Teo, P. (2008). Tourism Politics in Lijiang, China: An analysis of State and Local interactions in tourism development. Tourism Geographies, 10(2), pp. 150-168.

Taborda, V. (2011). Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico. Edição fac-similada ed. Coimbra.

Turismo de Portugal (ed.) (2007). Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação. Online em http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documents/PENT%202007.pdf

UIOOT (1971). Factores determinantes en la selección de lugares para su valoración turística, Unión Internacional de Organismos Oficiales de Turismo, Genebra.

UNESCO (1977). Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (Ed. 2016), UNESCO, Paris.

UNESCO (2000). Nomination of Alto Douro Wine Region for the World Heritage Act. Online em http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1046.pdf

UNESCO (2016). Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention. Paris: UNESCO World Heritage Centre.

Urry, J. (1995). Consuming places. London; New York: Routledge.

Rosa, M., Chitas, Paulo. (2013). Portugal e a Europa: os números. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, cop. 2013. ISBN 978-989-8662-01-9

Oliveira, E., Galhano, F. - Arquitectura tradicional portuguesa. 2ª ed. Lisboa : Dom Quixote, 1994. 374,[124] p.. ISBN 972-20-0959-1.

Vera, F., López, F., Marchena, M. y Antón, S. (1997). Análisis territorial del turismo: una nueva geografía del turismo. Barcelona: Ariel. ISBN 84-344-3455-5.

Índice de Figuras

Nº	Título	Página
1	Mapa do Norte de Portugal e divisão em NUTS III	8
2	Evolução da população residente no Douro entre 1864 e 2016.	11
3	Representação da evolução administrativa do território duriense no período 1986-2013.	15
4	O Douro enquanto território e imagem percecionada.	17
5	Unidades de paisagem e grupos de unidades de paisagem na NUT III Douro	19
6	Sub-regiões da Região Demarcada do Douro (RDD)	21
7	Evolução da oferta de alojamento turístico no Douro nos anos (1991-2015)	28
8	Distribuição geográfica dos empreendimentos turísticos e alojamento local, por concelho da NUTS III – Douro (março, 2017)	29
9	Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros da sub-região Douro (2000-2016)	30
10	Evolução do número de Hóspedes, Dormidas e Taxa Líquida de Ocupação-cama, na sub-região Douro (2000-2015)	31
11	Evolução da proporção de hóspedes estrangeiros nos empreendimentos turísticos da sub-região Douro (2000-2015)	32
12	Agentes de Animação Turística sediadas na sub-região Douro (2015)	33
13	Evolução do número de passageiros em barco-hotel e cruzeiros, no período 2013-2015, no rio Douro	34
14	Figura 14. Agentes de Animação Turística sediadas na sub-região Douro (2015).	34
15	Figura 15. Evolução do número de passageiros em barco-hotel e cruzeiros, no período 2013-2015, no rio Douro.	35

Edgar Bernardo (Coord.) (2018) *Para um enfoque territorial do turismo no Douro.* La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC. www.pasososnline.org. Colección PASOS Edita nº 21.

AUTORES

Edgar Bernardo

Edgar Bernardo é licenciado em antropologia pela UTAD, mestre em desenvolvimento pelo ISCTE-IUL, doutor em Sociologia na mesma instituição. Atualmente é professor convidado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Vila Real (Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal). É investigador de pós-doutoramento do projeto DOUROTUR – Turismo e Inovação Tecnológica do DESG (Departamento de Economia, Sociologia e Gestão) da UTAD. Pesquisa sobre antropologia e sociologia do turismo, desenvolvimento, património cultural.

Contacto: edgaracb@utad.pt

CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=3252439412868779

Xerardo Pereiro

Xerardo Pereiro é agregado em antropologia pelo ISCTE-IUL (Lisboa), "doutor europeu" em antropologia sociocultural pela Universidade de Santiago de Compostela (Galiza) e doutor "internacional" em turismo pela Universidade de La Laguna (Canarias – Espanha). Atualmente é professor auxiliar com agregação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Vila Real (Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal). É investigador efetivo do CETRAD (Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento) e membro do DESG (Departamento de Economia, Sociologia e Gestão) da UTAD. Foi coordenador da licenciatura em Antropologia Aplicada da UTAD e diretor do mestrado em antropologia UTAD-ISCTE, atualmente é diretor da licenciatura em turismo da UTAD. Foi prémio Vicente Risco de Antropologia e Ciências Sociais 1994, prémio FITUR 2007 de investigação turística, e prémio Gabriel Escarrer - Sol-Meliá 2011 de estudos turísticos, entre outras distinções. Pesquisa sobre antropologia do turismo, relações rural-urbanas, património cultural e turismo.

Contacto: xperez@utad.pt

CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=1093500028276373

Edgar Bernardo (Coord.) (2018) *Para um enfoque territorial do turismo no Douro*. La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC. www.pasososnline.org. Colección PASOS Edita nº 21.

Ricardo Jorge e Silva Bento

Ricardo Jorge e Silva Bento. Licenciado em Engenharia Civil pela UTAD em 2000. Frequentou o curso de Mestrado em Engenharia Urbana da FCTUC em 2004. Concluiu o Doutoramento em Ciências da Engenharia pela UTAD em 2011. É Professor Auxiliar do Departamento de Engenharias da UTAD e membro da direção dos cursos de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Licenciatura em Turismo da UTAD. Publicou vários artigos científicos e trabalhos em atas de eventos científicos, possuindo 6 livros/capítulos de livros publicados. Participou já em mias de 30 projetos de investigação e de extensão universitária, tendo coordenado 2 dos projetos de investigação e 19 dos de extensão. Atua nas áreas de Planeamento e Ordenamento do Território, coordenando desde 2010 o Grupo de Estudos Territoriais da UTAD, tendo sido responsável pela coordenação técnico-científica da revisão de 10 Planos Diretores Municipais sobretudo na região do Douro. É atualmente membro integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da UTAD.

Contacto: rbento@utad.pt
CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=9854327303223322

Gonçalo Mota

Gonçalo Mota (1979) estudou realização na Escola Técnica de Imagem e Comunicação de Lisboa (ETIC), possui uma licenciatura em Antropologia Aplicada pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro (UTAD), mestrado em Cinema Documental na Universidade Pompeu Fabra (IDEC). Realiza trabalhos para várias organizações nas áreas do Cinema, Antropologia e das Artes Performativas. Colaborou em projetos de investigação no Centro de Estudos Africanos e no CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) do ISCTE-IUL, atualmente trabalha como bolseiro de investigação no CETRAD-UTAD, no âmbito do projeto DOUROTUR.

Contacto: goncalm@utad.pt
CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4731816729115106

María Nieves Losada Sánchez

María Nieves Losada Sánchez é doutora em Turismo pela Universidade de Vigo (Galicia, Espanha). Na súa tese de doutoramento focouse no comportamento turístico dos séniors em Espanha, nomeadamente motivações, características e barreiras para a viagem deste colectivo. Conta com um Mestrado em Turismo de Interior e de Saúde (Universidade de Vigo). Na actualidade desenvolve a súa carreira investigadora no CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal) no marco do projecto DOUROTUR, Turismo e Innovação Tecnológica no Douro. É professora na Licenciatura em Turismo nessa mesma Universidade. As súas linhas de investigação actuais fócanse na imagem dos destinos turísticos e o comportamento de viagem.

Contacto: nlosada@utad.pt
CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4809755485838891

Vitor Rodrigues

Licenciado em Turismo e Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo (vertente de Gestão e Economia), pela Universidade de Aveiro, iniciou o seu percurso profissional na Quinta da Avessada, como Consultor, em 2014. Atualmente, é bolseiro de investigação do projeto Dourotur – Turismo e Inovação Tecnológica no Douro, e membro do CETRAD. Até ao presente, o âmbito da sua investigação tem sido circunscrito a sub-áreas do turismo, com destaque para Mercados Emissores (China), Planeamento e Desenvolvimento, Produtos Turísticos, Políticas e Governação, substanciadas nas diversas publicações já realizadas. Desempenhou, ainda, as funções de Técnico Superior de Turismo na Câmara Municipal da Mealhada (PEPAL) e de Professor na Escola do Turismo de Portugal Douro-Lamego.

Contacto: vitoragr@utad.pt
CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=9753253924110425

Lorenzo Bordonaro

Lorenzo Bordonaro (MA Filosofia, PhD Antropologia, BA Artes Visuais) tem realizado pesquisas etnográfica na Guiné Bissau, Cabo Verde, Portugal e Brasil sobre vários temas, desde a infância à violência urbana, da criatividade e a marginalidade urbana à migração e ao desenvolvimento. Tem lecionado antropologia e arte a nível de graduação e pós-graduação em Portugal, Cabo Verde e Brasil. Atualmente é pesquisador pós-doutorado do CETRAD-UTAD, no âmbito do projeto DOUROTUR.

Contacto: lorenzob@utad.pt

CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=8465422210470692

Filipa Jorge

Filipa Jorge, Licenciada em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mestre em Ciências Económicas e Empresariais pela mesma Universidade e estudante de 3º ciclo em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios. A sua tese de doutoramento e os seus interesses de investigação focam-se na utilização e valorização de ferramentas de marketing digital por turistas e operadores turísticos bem como na adoção de novas tecnologias no setor turístico. Atualmente é como membro não doutor no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Está ainda como bolseira de investigação no Projeto DOUROTUR, no qual insere a sua investigação de doutoramento.

Contacto: filipajorge@utad.pt

CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4000384958333976

Miguel Belo

Concluiu o Mestrado em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), com a dissertação "A concentração da procura turística internacional em Portugal". Frequenta o Doutoramento em Turismo, na Universidade de Lisboa, pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), em parceria com a ESHTE. É Assistente de Investigação no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, na área de Turismo Criativo. A sua investigação foca as áreas do Turismo Criativo e da Gestão Estratégica de Produtos, Destinos e Mercados Turísticos.

Contacto: mbelo@utad.pt

CV DEGÓIS: http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=1195932985456678

Para um enfoque territorial do turismo no Douro é um contributo para o sempre presente debate em torno dos problemas de definição do território enquanto conceito, prática, política e representação, mas também um exemplo de como essa indefinição permite uma perspetiva multidimensional, fluída e em constante reconstrução.
Este livro é fruto de uma parceria multidisciplinar com um olhar crítico sobre o Douro enquanto território impregnado de uma multiplicidade física e simbólica, contrariando a visão mono focada de um Douro do passado, circunscrito à produção vitivinícola e às suas marcas na paisagem. Dedica, ainda, particular atenção à relação deste com a atividade turística, destacando os seus resultados, a importância de um planeamento turístico integrado, e as suas potencialidades, nomeadamente, as três distinções de património mundial UNESCO presentes no território.

O Douro encontra no turismo uma encruzilhada que pode conduzir à reprodução da narrativa persistente, assente numa visão simplista e romântica do seu passado, como pode permitir ir além dessa postura, colhendo a oportunidade para reconhecer e projetar a sua heterogeneidade, diversidade e contemporaneidade e redefinir a sua função e significado.

PASOS
Revista de Turismo y Patrimonio Cultural
Colección PASOS edita, nº 21